



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 004

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 004

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ato da Comissão Executiva 03

Proposta de Emenda à Constituição 03

Ofício 04

Indicações 05

Requerimentos 06

Projetos de Resolução 13

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 16

Dep. Elio Rusch 17

Dep. Pedro Ivo 18

Dep. Geraldo Cartário 19

Dep. Jonas Guimarães 20

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello 22

Dep. Ademar Traiano 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 27

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Chico Noroeste 28

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 29

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 31

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva 33

Liderança do Governo

Dep. Dobrandino da Silva 34

Dep. Luiz Claudio Romanelli 36

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

Redação Final 38

3ª Discussão 38

2ª Discussão 39

1ª Discussão 39

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão 42

Publicações:

Diretoria Geral 42

Portaria 42

Atas de Comissões 42

Constituição e Justiça 42

Esp. de Reforma à Constituição

PEC 088 43

DIÁRIO Nº 004**4ª SESSÃO ORDINÁRIA****2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE FEVEREIRO DE 2008***(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausente o Sr. Deputado Plauto Miró (01).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Carlos Simões, Duílio Genari e Reni Pereira (04)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ato da Comissão Executiva**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 069/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando - o infausto passamento, ocorrido no último sábado, do Deputado Alexandre Ceranto, acontecimento que enlutou toda a família paranaense,

Considerando que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira pública do Deputado Alexandre Ceranto, que exerceu o mandato de Deputado Estadual, durante a 11ª Legislatura (1987-91) e assumiu, também, o cargo de Deputado Federal nos anos 1995 a 1997. Realizou uma gestão de grandes realizações na Prefeitura Municipal de Umuarama, nos anos de 1989 a 1992. Alexandre Ceranto era sogro do Deputado Nelson Garcia.

R E S O L V E :

Decretar luto oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Deputado Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Proposta de Emenda**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista, sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ALEXANDRE CURI

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Rosane Ferreira, Reni Pereira, Luiz Eduardo Cheida, Ney Leprevost, Caíto Quintana, Professor Luizão, Péricles de Mello, Cida Borghetti, Beti Pavin, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori, Pastor Edson Praczyk, Elton Welter, Dr. Batista, Miltinho Pupio, Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposta de emenda à Constituição Estadual, com o objetivo de revigorar a idéia inicial da Proposição nº 083/04, que originou a Emenda Constitucional nº 022/07.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a provação da presente proposição.

EMENDA Nº 022

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado Do Paraná promulga, nos termos do parágrafo 3º do artigo 64 da Constituição Estadual, a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Fica acrescido, o seguinte artigo, ao Capítulo VI, do Título VI, da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 210-A. A água é um bem essencial à vida. O acesso à água potável e ao saneamento constitui um direito humano fundamental.

§ 1º Nas políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento serão observados os seguintes fundamentos e diretrizes:

I - no ordenamento do território e no uso dos recursos hídricos, a conservação, a proteção e a preservação do seu meio ambiente;

II - a gestão sustentável dos recursos hídricos, solidária com as gerações futuras, e a preservação do seu ciclo hidrológico;

III - a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, assegurando-se a participação dos usuários e da sociedade civil nos respectivos processos decisórios;

IV - o estabelecimento das bacias hidrográficas como unidades básicas de gestão dos recursos hídricos;

V - o estabelecimento de prioridades para o uso dos recursos hídricos por bacia ou sub-bacia, sendo a prioridade maior o abastecimento de água potável à população;

VI - na prestação dos serviços de água potável e saneamento, a prevalência de razões de ordem social frente às de ordem econômica.

§ 2º As águas superficiais e subterrâneas de domínio do estado constituem um bem unitário cujo uso é subordinado ao interesse geral.

§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados preferencialmente por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.

§ 4º Eventual reparação decorrente do disposto neste artigo, não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 12.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Ofícios

OFÍCIO Nº 040/08

Curitiba, 18 de fevereiro de 2008.

Senhor Presidente:

Pelo presente encaminho a V. Exa. os atestados médicos necessários para que o setor competente desta Casa de Leis proceda à justificativa das minhas ausências nas Sessões Plenárias.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente.

(a) FÁBIO CAMARGO

OFÍCIO S/N

Curitiba, 01 de fevereiro de 2008.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICAM que a partir da presente data, conforme dispõe o artigo 11 do Regimento Interno, passam a formar nesta Casa de Leis o Bloco Parlamentar PTB/PR.

Informamos ainda, que o ilustre Deputado Jocelito Canto, responderá pela Liderança do Bloco PTB/PR.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada.

(aa) JOCELITO CANTO, CARLOS SIMÕES, FÁBIO CAMARGO e CHICO NOROESTE

OFÍCIO S/N

Curitiba, 18 de fevereiro de 2008.

Senhor Presidente:

O Partido Nacional Evangélico (PNE), vem, à presença de V. Exa., solicitar as instalações do plenarinho da Assembléia Legislativa para a posse das comissões provisórias, estadual e municipal, no dia 03 de abril deste corrente ano de 2008, às 16h.

Atenciosamente.

(a) OTÁSSIO PEREIRA

Presidente Estadual do Partido Nacional Evangélico

Indicações

INDICAÇÃO Nº 015/08

SÚMULA:

Solicita a divulgação em tempo real dos dados do monitoramento da qualidade do ar da região metropolitana de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o que segue:

I - Solicita a divulgação em tempo real dos dados do monitoramento da qualidade do ar da região metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná é responsável direta pelo controle e divulgação dos dados coletados pelas estações de monitoramento da qualidade do ar da região metropolitana de Curitiba, os quais são divulgados mensalmente, isto é, ao final de um período mínimo de 30 dias, o que põe por terra qualquer ação preventiva para períodos críticos de qualidade do ar, quando obrigatoriamente empresas responsáveis diretas por esses níveis críticos de qualidade do ar deverão paralisar suas atividades, até que se processe a dissipação desses níveis críticos.

Por este motivo, propomos que os dados coletados sejam divulgados em tempo real, para que seja possível, em sendo atingidos os níveis críticos da qualidade do ar, que determinadas empresas responsáveis diretas pela alta concentração de poluentes atmosféricos sejam temporariamente paralisadas até que a capacidade de dissipação da bacia atmosférica não ofereça riscos a saúde da população local.

Sugerimos que o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, instituição responsável pelo gerenciamento do sistema da qualidade do ar do estado do Paraná, disponibilize a cada hora a média dos valores de concentração medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, O₃, SO₂, NO₂, CO, PTS, PI e Fumaça.

Esses dados devem ser disponibilizados ordenados por estação de amostragem e por poluente.

Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, no mesmo relatório.

Os dados da Qualidade do Ar da RMC devem estar acessíveis através de um site da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO Nº 016/08

SÚMULA:

Propõe a criação do Colégio Estadual Agroflorestal Professor Lídio Samaniotto no município de Santa Helena.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, Luiz Claudio Romanelli, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

As autoridades civis da região de Santa Helena, oeste do estado do Paraná solicitam a gestão deste subcritor para que seja implantada uma unidade escolar nas instalações da Base Náutica de Santa Helena.

Criada pelo Decreto nº 2825, de 10 de janeiro de 1997, a Base Náutica de Santa Helena não vem sendo utilizada para os fins propostos, o que por si só já justificaria sua implantação, e traria um maior aproveitamento da área e de toda infra-estrutura existente, sendo que, somente serão necessárias adaptações no prédio para atender as especificidades dos cursos técnicos.

A solicitação visa capacitar os jovens filhos de pescadores que vivem nas margens do lago de Itaipu e têm na pesca seu único meio de sustento, bem como os filhos dos pequenos agricultores, especialmente da agricultura familiar e dos assentamentos da região oeste do Paraná.

A criação desta unidade educacional específica vai capacitar e incentivar que estes jovens permaneçam no campo onde serão incluídos em programas de produção de produtos orgânicos e artesanais, produzindo produtos saudáveis, sem agrotóxicos, que preservarão o meio ambiente, protegendo a cadeia produtiva, as florestas, os mananciais, os rios e os reservatórios de água doce, mais especificamente as águas de Lago do Itaipu e o Aquífero Guarani.

Assim, diante do exposto solicito que V. Exa. determine os estudos de viabilidade da presente proposta.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

INDICAÇÃO Nº 017/08

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot que construam um redutor de velocidade na PR-437, na altura do Km-1, no município de Primeiro de Maio.

Art. 1º Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes, que construa um redutor de velocidade, lombada ou quebra-molas, na PR-437, na altura do Km-1, no município de Primeiro de Maio, em cima da ponte sobre o rio que leva o nome do município.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Em virtude dos últimos acidentes na rodovia estadual PR-437, e em especial devido ao atropelamento de crianças na altura do Km-1 da citada rodovia, apresento a presente indicação para que o Poder Executivo possa ter a iniciativa de construir um redutor de velocidade em cima

da ponte do rio Primeiro de Maio (Km-1) no município de mesmo nome.

A solicitação nos foi enviada por autoridades locais que acreditam ser a única medida possível para que acidentes trágicos deixem de ocorrer.

Certo de que a medida colaborará, em muito, para a segurança dos paranaenses, solicito o apoio dos nobres Pares.

INDICAÇÃO Nº 018/08

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Martin, que executem obras de reparo e de melhorias no hospital municipal de Primeiro de Maio.

Art. 1º Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, que faça investimentos estruturais e em aparelhos médico-hospitalares no Hospital Municipal de Primeiro de Maio, situado no município de Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Municipal de Primeiro de Maio está com o seu centro cirúrgico interditado. Carece de reformas urgentes, em especial para completar a cobertura do hospital. Para esta última obra seriam necessários apenas R\$ 50.000,00 para a conclusão.

Recuperar e garantir que esse hospital tenha um funcionamento adequado é uma obrigação de todos nós. Investir na saúde de forma descentralizada ampliará nossas possibilidades de sucesso nas intervenções médicas, economiza a médio prazo para os cofres públicos e acima de tudo produz uma considerável melhora na qualidade de vida dos paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 019/08

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Martin, a estadualização do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho situado no município de Centenário do Sul.

Art. 1º Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, a estadualização do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho, situado no município de Centenário do Sul.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O município de Centenário do Sul com mais de 11.000 habitantes é atendida por uma estrutura de saúde composta por três postos de saúde, equipes do Programa

Saúde da Família, e do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho.

Com o arrocho financeiro por que passam os governos municipais, em especial de nossas pequenas cidades, o Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho ficou anos sem investimento. Hoje se encontra em situação muito precária, tendo, inclusive, seu centro cirúrgico interditado.

O hospital possui 29 leitos, e hoje apenas executa algumas internações clínicas e partos normais. Com investimentos o hospital poderá atender as quatro especialidades básicas (clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia e pediatria).

Entendendo que o investimento descentralizado em saúde economiza e agiliza o tratamento médico-hospitalar, e dessa forma aumenta a qualidade de vida de nossa população, acredito ser de fundamental importância a estadualização do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência do Deputado Duílio Genari, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 18 de fevereiro do corrente ano face a compromissos parlamentares previamente agendados em sua região de atuação.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 163-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo nos dias 20/02/08 a 21/02/08, no evento Reunião Superintendência da Polícia Federal a ser realizado em Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa aos 54 anos de fundação da Rede Feminina de Combate ao Câncer, na data de 18 de março de 2008, às 17h, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a Sessão Solene Comemorativa aos 54 anos de fundação da Rede Feminina de Combate ao Câncer, prestando justa homenagem as

voluntárias do Hospital Erasto Gaertner, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no atendimento dos pacientes e seus familiares.

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que a Mesa Executiva adote as providências necessárias e cabíveis, com relação à incorporação nos vencimentos dos funcionários desta Casa de Leis da URV em cumprimento de decisão judicial com transito em julgado.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que as imagens da TV SINAL, sejam divulgadas através da internet na página da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A transmissão da TV Assembléia tem mostrado sucesso junto à população paranaense. Através da TV SINAL, pessoas de toda a sociedade podem acompanhar as reuniões dos Parlamentares aos quais dedicaram seu voto.

A geração pela TV SINAL pode ser apreciada através da NET, TVA, parabólica ou canal aberto e a inclusão desta retransmissão via internet, fará com que todos aqueles que possuem acesso à rede mundial de computadores possam, independente do local que estiverem, acompanhar em tempo real e opinar sobre as Sessões desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente homem público, Dr. Wilson Rodrigues Moreira, ex-Secretário de Obras e ex-Prefeito do município de Londrina. Seu falecimento ocorreu no último sábado, causando grande consternação em seus familiares e milhares de admiradores.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr.

José Juval Bezerra, falecido no último dia 01 de fevereiro, vítima de parada cardíorespiratória.

O falecido foi Vereador por três mandatos no município de Araucária.

Deixa esposa (dona Benedita de Lurdes Bezerra), três filhos e dois netos. Era evangélico e tinha 70 anos de idade.

À família enlutada as sinceras condolências desta Casa.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Alexandre Ceranto, ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 73 anos de idade faleceu o ex-Deputado Federal e Estadual e ex-Prefeito de Umuarama, Alexandre Ceranto. O político era sogro do Deputado Estadual e Secretário do Trabalho, Emprego e Ação Social, Nelson Garcia. Ceranto era o Presidente do Diretório Municipal do PSDB em Umuarama.

Ceranto foi Prefeito da cidade (1989/1992). Além de Prefeito, Ceranto ocupou o cargo de Deputado Estadual nos anos de 1987 e 1988, e foi suplente de Deputado Federal, assumindo a cadeira entre 1995 e 1997. Em Umuarama, ocupou os cargos de Presidente da Associação Comercial e Industrial e Juiz de Paz.

Ceranto era paulista, morava em Umuarama desde 1959, era casado e deixou seis filhos. Na área empresarial foi responsável pela instalação do Frigorífico Umuarama.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Alexandre Ceranto, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ceranto endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de ontem, da advogada Vicky da Rocha Loures, filha de Danton da Rocha Loures e Regina Schrappe da Rocha Loures.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Encareço aos meus companheiros e companheiras desta Casa, o apoio ao voto de pesar que ora encaminho à apreciação de todos, como forma de manifestação de tristeza pelo falecimento do companheiro Alexandre Ceranto, ocorrido nesta capital, no último sábado, dia 16 do corrente mês.

O currículo da vida pública e privada do pranteado, é um atestado da sua integridade moral, da sua inatacável conduta frente aos seus empreendimentos e na condução da administração pública, tanto na área legislativa quanto no exercício do Poder Executivo, chefiando com denodo e probidade, os destinos da comunidade umuaramense.

Associando-me às inúmeras manifestações dos demais companheiros que tiveram a honra do convívio com Alexandre Ceranto, creio como das mais justas a homenagem ora prestada por esta Casa de Leis, procedendo o registro desta decisão, em seus Anais e que, para conhecimento dos seus familiares, seja encaminhado ofício ao nosso também colega e companheiro, o Sr. Deputado Nelson Garcia, atualmente dedicado à chefia da Secretaria de Estado do Trabalho e do Emprego.

Que, da decisão deste Plenário, se dê ciência à família do pranteado Sr. Alexandre Ceranto, no endereço avenida Maringá, 4858, ap. 302, Umuarama/PR., CEP 87502-080.

REQUERIMENTO Nº 135

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta

Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Moreira, ocorrido em Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Deputado subscritor do presente requerimento, cumpre o dever de associar-se às incontáveis manifestações de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Moreira.

A morte do ex-Prefeito londrinense e nosso emérito companheiro de bandeira partidária, é sentida por todos os que crêem a política como ferramenta de desenvolvimento da sociedade como um todo, relegando-se a segundo plano, o apego ao poder e, principalmente o seu uso para benefício próprio.

Wilson Moreira deixa seu honrado nome gravado nas páginas da história da cidade a quem tanto amou, como exemplo de probidade no trato do bem público, de seriedade no resgate de compromissos e de dedicação à coisa pública.

A família enlutada, ao lado da dor pela enorme perda, o consolo do respeito granjeado pelo seu patrono, durante a sua vida marcada pelo cultivo e pela multiplicação das virtudes decorrentes da sua sólida formação cristã.

Que, da decisão deste Plenário, se dê ciência à família do pranteado Dr. Wilson Moreira, encaminhando-se ofício a sua esposa, Sra. Guiomar Accorsi Rodrigues Moreira, residente a rua Pará, 1333, ap. 12, Londrina/PR, CEP 86020-400.

REQUERIMENTO Nº 136

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Tereza Foletto, ocorrido em Campo Grande - Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Há duas semanas passadas, durante o recesso parlamentar desta Assembléia Legislativa, faleceu na cidade de Campo Grande, capital do vizinho estado do Mato Grosso do Sul, a Sra. Maria Tereza Foletto.

Deixa viúvo, o Sr. Luiz Foletto, com quem teve os filhos Antonio, Nelson, Lídia, Olívia e Nair.

O casal, antes de transferir mudança, residiram durante mais de duas décadas na cidade de Santa Isabel do Ivaí, da qual participaram da sua colonização e desenvolvimento.

Foram anos de sacrifícios, riscos e desconfortos, característicos da época de colonização de uma gleba coberta de mata virgem, destituída dos mínimos recursos proporcionados pela comunicação, transporte, assistência médica, etc.

Meados da década de 1950, os Foletto, oriundos do Rio Grande do Sul, fincaram raízes em Santa Isabel do Ivaí, sendo os primeiros a explorarem os ramos de abate-douro de animais, açougue e posteriormente dedicarem-se ao trato da agropecuária, sempre empregando gente e gerando tributos.

Sempre nos referimos aos homens, no desempenho do papel de pioneiros, olvidando-nos dos sacrifícios impostos às mulheres que, na retaguarda, contribuem no zelo da casa, da saúde e da educação dos filhos.

Ao registrar este voto de pesar em seus Anais, tributar esta homenagem àquela pioneira, a Assembléia Legislativa, cumpre a obrigação de prestar justo tributo à memória da nossa concidadã.

Que, da decisão deste Plenário, se dê ciência à família enlutada, como envio de ofício à professora Nair Inês Foletto, residente à rua Idalmiro Carneiro, nº 161, Santa Isabel do Ivaí/PR, CEP: 87910-000.

REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Ladeia, ocorrido no dia 14 de fevereiro do corrente em Santa Isabel do Ivaí/PR.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Vitimado por insidiosa doença, faleceu em Santa Isabel do Ivaí, na tarde do dia 14 próximo passado, o Sr. Geraldo Ladeia.

Tinha 49 anos, era casado com a Bioquímica e Professora Maria Ermelinda Lourenço, com quem teve o filho Gabriel, hoje com apenas sete anos de idade.

Geraldo era comerciante na cidade que sua família ajudou na consolidação do seu desbravamento, do seu desenvolvimento.

O seu sepultamento foi acompanhado por enorme cortejo, sob forte clima emocional, indescritível tristeza, afinal, Santa Isabel do Ivaí se despedia de um dos seus filhos mais queridos.

São unânimes os testemunhos em torno das grandes virtudes cultuadas por Geraldo Ladeia, fruto da sua sólida formação cristã e da educação recebida desde o berço.

O amor à esposa e filho, à família toda, a humildade, a facilidade de fazer e preservar amizades, a disposição de ser útil aos seus semelhantes, à alegria de viver, o esparramamento do otimismo, mesmo nas situações mais adversas, como as enfrentadas nos transcurso do mal que o tirou do meio de todos os que tiveram a ventura do seu convívio, além do grande bem-querer que nutria pela sua cidade natal, são as mais caras lembranças deixadas pelo pranteado.

Ao registrar este voto de pesar em seus Anais, esta Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o dever de reconhecer os méritos de um exemplar concidadão paranaense.

Que, desta decisão, se dê ciência aos seus familiares, com o envio de ofício a senhora viúva, dona Maria Ermelinda Lourenço, residente à rua Princesa Izabel, nº 1280, Santa Isabel do Ivaí, CEP 87910-000.

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Almezinda Maria Pacheco, ocorrido no dia 03 próximo passado do corrente na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Dia 03 próximo passado, aos 86 anos de idade, faleceu na cidade de Santa Isabel do Ivaí, a Sra. Almezinda Maria Pacheco.

Esta Assembléia Legislativa do Estado, além das suas atribuições como formuladora da legislação necessária para o norteamento dos destinos do Paraná, abriga os representantes das comunidades assentadas nos mais diversos rincões do seu território. E é mister de cada Parlamentar, expressar também os sentimentos da nossa população, vivenciando e registrando a sua história.

Como todos esses recantos, Santa Isabel do Ivaí também é produto da vontade aventureira de um punhado de verdadeiros heróis que, nos seus primórdios, enfrentaram toda sorte de sacrifícios e desconfortos, de perigos até, no afã da criação de mais uma unidade componente da República Federativa do Brasil, onde cultivariam os seus sonhos, todos eles voltados para o oferecimento de segurança e conforto para os seus filhos, netos e descendentes todos.

Dona Almezinda foi o esteio da família Pacheco, uma das mais autênticas dentre as desbravadoras do sertão onde se instalou Santa Isabel do Ivaí, um município caracterizado pela sua pujança econômica e de valores humanos e que já ostentou no passado, o título de 3º maior produtor de café do Paraná, 6º do Brasil e é hoje, o maior produtor de abacaxi de todo o sul brasileiro.

Enquanto os homens da família se dedicavam à labuta na derrubada do mato, no assentamento das primeiras covas de café e no trato de tantas culturas outras, dona Almezinda se postava na retaguarda, no zelo da casa, da educação e da saúde de toda a família.

Que, da decisão desta Casa, se dê ciência à sua família, através do seu filho, o comerciante Olerino Pacheco, estabelecido à avenida Sete de Setembro, 385, Santa Isabel do Ivaí, CEP 87910-000.

REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Reis Rosa e ao Comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar pelo falecimento do Tenente Jeferson Reis Rosa, ocorrido no último dia 16, em Curitiba, em ação policial contra marginais, no pleno exercício de suas funções militares.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares e ao Comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar Cel. Carlos Alexandre Scheremetta, nos endereços respectivamente: rua Epaminondas Santos, 2177 - Bairro Alto, CEP 82820-090; rua Sebastião Malucelli, 54, Novo Mundo, CEP 81050-270 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 152

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último 16 de fevereiro do Deputado Alexandre Ceranto, que exerceu o mandato de Deputado Estadual, durante a 11ª Legislatura (1987-1991) e assumiu, também o cargo de Deputado Federal nos anos 1995 a 1997 e Prefeito Municipal de Umuarama, nos anos de 1989 a 1992.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) MILTINHO PUPIO

REQUERIMENTO Nº 154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de pesar ao Hospital Nossa Senhora da Salette, e família enlutada, pela morte de Allan Brame Pinho, ocorrido em Cascavel, neste domingo, 17 de fevereiro.

Aos 25 anos, Allan foi vítima de grave acidente registrado nas proximidades do Km 349 da PR-180, sendo conduzido às pressas para o mencionado hospital, do qual era Diretor. O jovem trafegava com motocicleta pela rodovia quando perdeu o controle do veículo, sua família vinha logo atrás, retornavam de passeio que fizeram no fim de semana.

É uma grande perda para Cascavel e região, a morte de Allan Brame Pinho deixará marcada de luto a passagem dos 50 anos do Hospital Nossa Senhora da Salette, que se completam em 2008.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Sr. Wilson Moreira, pelo falecimento do mesmo no último final de semana.

O Sr. Wilson Moreira exerceu o mandato de Prefeito de Londrina no período entre 1983 a 1988. No último sábado, vítima de acidente vascular cerebral, faleceu esta grande liderança do norte paranaense, homem forte e influente na política local e estadual.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente ao Diretório Estadual do PSDB.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 158

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Sr. Alexandre Ceranto, pelo falecimento do mesmo no último final de semana.

Prefeito da cidade de Umuarama, foi também Deputado Estadual em 1987 e 1988, tendo depois sido eleito Deputado Federal de 1995 a 1997. Empresário de sucesso, foi o fundador do Frigorífico Umuarama que chegou a ser a maior empresa do município, gerando inúmeros empregos diretos e indiretos e fomentando o crescimento do município.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente ao Diretório Estadual do PSDB.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Polisel, pelo falecimento do Otávio Polisel, ocorrido no último dia 17, em Arapongas.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares e ao ex-Vereador João Polisel, seu filho, companheiro de longa data, para que recebam meu voto de profundo pesar pela dor que abalou a família, no endereço: rua Falcão, 502 - Centro, CEP 86701-240 Arapongas/PR.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki, pela inauguração no último dia 17 de fevereiro (ontem), do Centro Dia para Idosos Lar Santa Mãe Junshin, nesta capital.

O Lar Santa Mãe Junshin, fica situado na rua Amauri Lange Silvério, 984, no bairro do Pilarzinho, e atende um antigo anseio da sua diretoria e de toda a Congregação.

Os nossos cumprimentos aos membros da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki, os quais são expressos na pessoa da Irmã Kolbe Ayako Tanaka, e, extensivos à todos os que colaboraram direta ou indiretamente para o sucesso do projeto que se concretizou ontem.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa e à Federação Paranaense de Tênis de Mesa, pela realização do 58º Campeonato Brasileiro Intercolonial de Tênis de Mesa, nos dias 25 a 27 de janeiro de 2008, no Pavilhão de Eventos do Parque Barigui, nesta capital.

O evento conseguiu reunir 800 atletas de todo o Brasil, numa promoção das entidades acima citadas, junto com a Comissão Estadual do IMIN 100 - Sul Paraná, Origem e Tênis de Mesa Nikkei de Curitiba. Todas as entidades estão de Parabéns pelo esforço e pela brilhante organização.

Os nossos cumprimentos aos membros da Comissão do IMIN 100, Sul Paraná e à Nikkei Curitiba, que estiveram à frente da perfeita organização comandada pelo Sr. Keiiti Suguimati, através de quem abraçamos todos os colaboradores.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a Confederação Brasileira de Softbol e à Liga Desportiva Paranaense, pela realização dos Torneios de Integração de Softbol do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, realizados nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2008.

O evento conseguiu se revestir do mais amplo sucesso, com as equipes femininas da DENSO, representando a Liga Desportiva Paranaense, enfrentando as equipes do Japão.

Os jogos foram realizados em Curitiba e em Maringá.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação e louvor à Universidade Tuiuti, Magnífico Reitor Luiz Guilherme Rangel Santos.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Quero cumprimentá-lo, como também todo o corpo docente e demais funcionários da Instituição, pelo quinquagésimo ano de existência da Universidade Tuiuti do Paraná. Ao longo dos anos, a universidade consolidou no cenário educacional do estado do Paraná como uma instituição de excelência na formação de profissionais, sejam estes graduados, pós-graduados, mestres ou doutores. Quero resgatar a lembrança do professor Sidney Lima Santos como fundador da universidade e precursor de uma metodologia de instrução inovadora, sofisticada e eficiente que se perpetua até os dias de hoje.

Acredito que a grandiosidade da Instituição, estabelecida ao longo do anos, deve-se pela magnitude de agregar catedráticos altamente qualificados, os quais foram responsáveis na colocação de inúmeros profissionais graduados no mercado de trabalho. Destaco a importância no campo científico que a universidade desenvolve, promovendo pesquisas de imensa relevância para a melhora da qualidade de vida de todos.

Tenho a honra de fazer parte dessa instituição como aluno e posso dizer, com propriedade, que é merecida a intitulação de excelência de ensino. A sua história merece o respeito e o reconhecimento pelos serviços prestados à comunidade ao longo da sua trajetória e, principalmente, por representar um dos pilares de sustentação de uma sociedade, em seu desenvolvimento, evolução e profissionalização.

Desejo que a Universidade Tuiuti permaneça no mesmo caminho de sucesso que a firmou como referência no setor de educação do estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Desembargador Telmo Cherem.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador Telmo Cherm, em reconhecimento a sua atuação como Presidente do Tribunal de Regional Eleitoral do Paraná, nesta ocasião em que empossa o novo Presidente.

REQUERIMENTO Nº 141

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Parati S/A.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Parati S/A em reconhecimento à certificação da ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos, pelo compromisso com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, aos Democratas.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao estabelecimento comercial aos Democratas, pela qualidade do atendimento prestado pela sua equipe, pela contribuição ao desenvolvimento do turismo gastronômico da capital paranaense e pelo tratamento personalizado oferecido pelos garçons aos seus clientes, atendendo-os sempre com cordialidade e gentileza.

REQUERIMENTO Nº 159

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Nelson Jobim, DD. Ministro da Defesa; Tarso Genro, DD. Ministro da Justiça; às Ilmas. Sras. Solange Paiva Vieira, M.D. Diretora- Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e Neide Alves Almeida Alvarenga, M.D. Corregedora-Geral do Departamento de Polícia Federal, solicitando providências com respeito à conduta de Delegado de Polícia Federal, ocorrida no voo 3886, da TAM, no dia 17.02.08, no trajeto Foz do Iguaçu - Curitiba, e medidas cabíveis para que fatos dessa natureza não mais ocorram.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Na data de ontem, 17 de fevereiro do corrente, no voo 3886, da TAM, com saída prevista às 16h28 de Foz do Iguaçu e chegada às 17h28, em Curitiba, após todos os passageiros embarcarem, aproximadamente 170 pessoas,

inclusive este Parlamentar, e a aeronave estar em processo de decolagem, um Delegado da Polícia Federal, autoritariamente determinou à empresa aérea que a suspendesse até a sua chegada no Aeroporto.

Em razão desse fato, houve um atraso de cerca de 01h20 na decolagem.

Segundo ainda informações divulgadas em noticiário pela Rádio Band News de Curitiba, o referido servidor teria ameaçado prender o comandante e a sua tripulação se não o aguardasse.

Tivemos conhecimento ainda que a sua justificativa era de que teria uma reunião em Brasília. Consta também que transportava cerca de 170 kg de bagagem, ultrapassando inclusive o peso permitido a cada usuário, e um passageiro foi obrigado a ceder o seu lugar para o mesmo.

Diante desse lamentável acontecimento, manifestando em decorrência a impaciência, nervosismo, indignação e revolta dos passageiros, ocasionando atraso nos compromissos de usuários, e certamente em outros vãos que utilizariam a aeronave, caracterizando, no mínimo abuso de autoridade. Solicitamos as medidas cabíveis para que fatos dessa natureza não venham mais a ocorrer, pois em benefício de 01 passageiro cerca de 170 foram prejudicados.

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente aos Srs. Tarso Genro e Arlindo Chinaglia, solicitando alterações relevantes na MP 415 de 21/02/08 que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Apesar de haver boa intenção do Governo Federal em diminuir os acidentes de trânsito, a MP 415 é inconstitucional, visto que verifica-se a ausência de um dos pressupostos constitucionais para a edição de qualquer medida provisória, qual seja, a urgência. Desnecessário dizer que os requisitos relevância e urgência, previstos no artigo 62 da Constituição Federal, são cumulativos. Viola também o princípio da livre iniciativa - já que atinge o comércio ao longo das rodovias; do direito ao trabalho; e do direito do cidadão ao lazer, visto que todo aquele que adquire bebidas alcoólicas nesses estabelecimentos é consciente de que não pode dirigir ao consumi-las. O Código de Trânsito é bem claro quanto à proibição do uso de bebidas alcoólicas pelos motoristas, e que cabe a Polícia Rodoviária Federal a obrigação de fazer essa fiscalização.

Em rodovias federais conurbadas, em toda região metropolitana de Curitiba, como a estrada da Ribeira (BR-476) no município de Colombo, área totalmente urbana, o caso fica ainda mais crítico. Supermercados frequentados por toda a população (não apenas motoristas) são impedidos de comercializar qualquer tipo de bebida alcoólica mesmo que seja para o consumo doméstico.

Muitos destes comércios estão localizados em vias paralelas de domínio municipal, e estão sendo atuados de forma irregular, pois não possuem o acesso direto a rodovia federal. É incompreensível que se impeça a venda para moradores de toda uma região que frequentam esses estabelecimentos. Ao proibir a venda e não o consumo de bebidas alcoólicas o estado estaria punindo os estabelecimentos, colocando todos os indivíduos como incapazes de discernir o que consomem.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente:

As Deputadas que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 06 de março para solenidade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando a imediata regulamentação da Lei nº 13561/02, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO nº 132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Diretor-Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, solicitando documentos e informações relativos à locação realizada pela Superintendência Regional da COPEL de Ponta Grossa, de prédio comercial situado na rua Visconde de Mauá, sem utilização aparente:

- O citado imóvel está sendo utilizado? Qual a sua destinação?

- Em caso negativo, porque foi locado e não é utilizado?

- Foi feita licitação para a locação de imóvel?

- Quem é o proprietário do imóvel?

- Qual o tempo de duração do contrato? Já houve renovação?

- Anexar cópia do(s) contrato(s).

- Qual era o valor do aluguel na época da locação e qual o valor atual?

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO S/Nº

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica acrescida alínea “a” ao inciso II e alterado o parágrafo 1º do artigo 90, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

“Art. 90 ...

I - ...

II - ...

a) a critério do Presidente de Mesa, com o objetivo de facilitar os debates dos assuntos, será permitida a alternância dos oradores segundo o seu posicionamento.

§ 1º Os trinta minutos serão divididos em dois tempos iguais, entre os membros das Bancadas de Situação e Oposição, alternando-se a cada Sessão Plenária, cabendo aos Líderes, e na ausência destes, aos Vice-Líderes, a efetivação da inscrição junto ao Presidente da Mesa.”

Art. 2º Fica alterado o parágrafo 7º do artigo 91 e acrescidos parágrafos 8º e 9º ao mesmo artigo, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

“Art. 91 ...

§ 7º A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra para explicações pessoais, mais de uma vez e demorar-se na tribuna por mais de 05 (cinco) minutos, prorrogável por tempo igual, a critério do Presidente da Mesa.

§ 8º O requerimento por escrito explicitando as razões do uso da palavra nas explicações pessoais será encaminhado ao Presidente da Mesa.

§ 9º Nas situações em que o orador se desviar do tema, objeto do requerimento, o Presidente da Mesa adverti-lo-á, caso persista, o Presidente cassará a palavra, levantando a Sessão.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 1º do artigo 90, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

“Art. 90 ...

I - ...

II - ...

III - ...

§ 1º Os trinta minutos iniciais do Grande Expediente serão divididos em dois tempos iguais, entre os membros das Bancadas de Situação e Oposição, alternadamente em cada Sessão Plenária, cabendo aos Líderes, e na ausência destes, aos Vice-Líderes, a efetivação da inscrição junto à presidência da Mesa.”

Art. 2º Fica alterado o parágrafo 7º do artigo 91 e acrescido parágrafo 8º ao mesmo artigo, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

“Art. 91 ...

§ 7º O uso da palavra para explicações pessoais é de 05 (cinco) minutos, prorrogáveis por igual período e está condicionado à apresentação do requerimento inscrito e fundamentado à presidência da Mesa, devendo o orador restringir-se ao assunto que o motivou, sob pena de advertência e, em caso de insistência no desvio do tema, de cassação da palavra.

§ 8º O critério do Presidente da Mesa e com o objetivo de facilitar os trabalhos de Plenário, será permitida a alternância dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, segundo sua vinculação às Bancadas Parlamentares.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 025/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 4968/05, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel, de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de São Mateus do Sul para a ampliação das instalações do Posto de Saúde Municipal, retornando, automaticamente, ao patrimônio estadual, caso seja desvirtuado o seu uso.”

Art. 2º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em escopo é capaz de sanar dificuldades, que se encontra o município de São Mateus do Sul, no que se refere a falta de espaço físico para bem-atender

aos munícipes de forma adequada, conformes as necessidades de toda a sociedade local.

Destacamos, sobremaneira, a importância desta alteração, afim de que a destinação do imóvel sirva para a ampliação de Posto de Saúde, no município, que está, pois este tipo de utilização do imóvel faz-se urgente, para melhor servir a comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste importante pleito em prol da melhora da prestação de serviços na área da saúde destes cidadãos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 026/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Evaldo Ulinski.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR
ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Evaldo Ulinski, nasceu em 01/03/44, na cidade de Mafra, Santa Catarina. A cidade é considerada pólo do planalto catarinense e destaca-se mundialmente pela produção de mel, cujos habitantes são conhecidos por sua mansidão, pelo jeito calmo e sutil.

Evaldo é um paranaense de coração, pessoa equilibrada que rarissimamente se exalta ou assume posições contundentes. Isso talvez ajude a explicar porque Evaldo, Presidente de um dos maiores grupos avícolas do país, sempre trabalhou no sentido de congregação e da união.

Filho de João Ulinski e Enriqueta Ulinski é o oitavo dos nove irmãos, sua infância era dividida entre as brincadeiras e o trabalho, foi engraxate ainda garoto. Nos anos 60, mudou-se para Curitiba, onde completou os estudos de segundo grau e casou-se com Nylcéia Ulinski, desta união nasceram três filhos, Evaldo Júnior, Fernanda e Francielle.

Na vida profissional exerceu funções das mais diversas, foi representante comercial Olivetti, posteriormente, ajudando um amigo que passava dificuldades, recebeu em troca algumas dúzias de ovos para vender, era a época dos ovos caipira, ninguém conhecia os ovos da granja, mas isso não intimidou Evaldo, que em pouco tempo passou de único vendedor a administrador de uma frota de oito veículos que comercializavam ovos de granja em Curitiba.

Nos anos 70 mudou-se para o norte do Paraná, onde aflorou seu lado empreendedor. O empresário se aventurou em outro segmento, o de ração para a avicultura e o negócio prosperou até que as outras empresas passaram a produzir sua própria ração e inviabilizaram o

negócio. Foi quando Evaldo deu o pontapé inicial na empresa que viraria sua “galinha dos ovos de ouro”.

Inicialmente em 1980, a Big Frango abatia três mil aves por dia, 25 anos depois, a fábrica atingiu a impressionante marca de 160 mil frangos abatidos diariamente, conquistou o mercado internacional exportando produtos para países como Japão, China e grande parte do Continente Europeu, projetando hoje uma expansão ainda maior.

Atualmente a Big Frango abate 350 mil aves diárias e a unidade de Rolândia tem capacidade para abater 500 mil aves, número que deve ser atingido nos próximos anos. Não obstante, a empresa construirá uma nova fábrica, Unidade 02-MT na cidade de Primavera do Leste. A capacidade também será para abate 500 mil aves/dia, tornando a empresa apta a produzir um milhão de frangos diariamente em um futuro muito próximo.

O desenvolvimento da Big Frango também leva ao desenvolvimento da cidade e da região. Já são cerca de 800 granjeiros que trabalham integrados à empresa e o número tende a crescer. A Big Frango também está construindo uma nova fábrica de ração em frente à Unidade-01, de Rolândia, com capacidade para produzir 2,4 mil toneladas por dia do produto. Obras que não param e sustentam o crescimento acelerado do grupo.

Ao longo de sua trajetória, sempre pregou a honestidade. Para os seus comandados significa um símbolo de humildade e dedicação, com a mesma preocupação de tornar melhor a vida de milhares de pessoas. Hoje, suas empresas geram mais de oito mil empregos diretos e indiretos.

Evaldo, é sem dúvida, o símbolo da determinação e do trabalho.

Big Frango Social

A responsabilidade social e ambiental é uma preocupação recorrente no Grupo Big Frango. O foco principal é treinar e transmitir informações, investir e reciclar as pessoas, para que se tornem melhores e mais profissionais.

A utilização de material reciclável, o plantio de mais de um milhão e meio de árvores de eucaliptos e o reaproveitamento de 50 mil litros de água/hora, demonstram a preocupação ambiental da empresa.

Há anos a Big Frango desenvolve e auxilia projetos relacionados a questões sociais e ambientais, também, investe na conscientização de seus colaboradores. A empresa entende que fazer investimentos e ações nesse sentido é uma obrigação social. Na Big Frango o discurso e a prática se misturam.

Por meio de projetos próprio, parcerias e patrocínios, a empresa contribui de forma efetiva para a transformação social.

A pedido do Ministério Público da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Londrina, a Big Frango fez recentemente um levantamento detalhado das crianças cadastradas nas listas de espera de todos os Centros de Educação Infantil (CEI) filantrópicos de Londrina,

bem como o levantamento das dificuldades diárias que cada um destes CEIs enfrentam.

O primoroso trabalho realizado no CEIs de Rolândia, o qual foi idealizado pelo Sr. Evaldo Ulinski, Presidente do Grupo Big Frango, é modelo a ser seguido, aliás, todos os projetos e programas de ação social das empresas do grupo é supervisionados diretamente pelo próprio Presidente.

Equipes de trabalho de campo são formadas pelo departamento de Responsabilidade Social da própria. Diante da escassez alimentar que assolava a maioria dos CEIs de Londrina, optamos por iniciar nosso trabalho distribuindo a todos eles um questionário social no qual cada instituição identificaria suas maiores necessidades, bem como o número de crianças atendidas, para que começássemos o mais rápido possível a distribuição de carne de frango para todos os CEIs que precisassem. Esta carne de frango foi gentilmente oferecida pela empresa Big Frango de Rolândia, que hoje está atendendo 66 CEIs que necessitavam. Atingindo um total de 6.065 crianças.

Atendida a prioridade supra, a Big Frango passou então a fazer em conjunto com as visitas em todos os CEIs, o levantamento das crianças cadastradas nas listas de espera. Este levantamento, concluído em setembro de 2007, levou a empresa ao número de 1.026 crianças que estão esperando por uma vaga nos CEIs de Londrina. Cabe salientar que as crianças que completarem seis anos até março de 2008, deverão ingressar no ensino fundamental, atendendo determinação do Conselho Estadual de Educação, órgão normativo do sistema estadual de ensino.

A Big Frango optou por visitar cada um dos CEIs de Londrina para, através de experiência pessoal, individualizá-los, apontando a real necessidade de cada um.

Durante a realização deste levantamento de dados, constatou-se uma realidade muito pior do que a esperada, situações estas degradantes, como por exemplo: criança mordida por ratos; CEIs que alagam quando chove; crianças de berçário que vão embora na sexta-feira e voltam na segunda-feira com a mesma fralda; diversas crianças que chegam à segunda-feira pela manhã, famintas porque não se alimentaram direito no final de semana; e até uma garotinha de cinco anos que não sabia mastigar, tinha desnutrição grave porque sua mãe tinha preguiça de cozinhar e só dava a ela leite na mamadeira.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Destarte, diante desta situação inconcebível bem como da inércia das autoridades competentes, incumbe-se à sociedade o dever de prover condições mais adequadas para as crianças atendidas pelo CEIs, correspondendo tal dever ao disposto no artigo 18 do ECA.

Durante a realização deste trabalho, a Big Frango percebeu que a principal causa de serem divulgados números excessivos de crianças em listas de espera, advém do fato de que cada mãe, na angústia por encontrar uma vaga para seu filho, acaba deixando seus dados em vários CEIs, fato comprovado pela pesquisa de campo realizada pela empresa onde verificou-se a repetição de nomes de crianças em diversas listas. Outro fator que compromete a divulgação correta do número de crianças em listas de espera é que os CEIs não fazem uma atualização frequente de suas listas e não cruzam os nomes de suas listas com os de outras, acabando então por se ter um número irreal divulgado pelo Conselho Tutelar, sendo este número a somatória simples do número total de crianças em cada lista de espera.

Diante dos problemas apontados, conclui-se que uma alternativa eficaz para solucionar tal problema, seria a unificação das listas de espera, criar um local que centralizasse as inscrições nesta lista e, que tal trabalho fosse realizado por um membro do Conselho Tutelar em conjunto com um membro do Ministério Público.

Este trabalho realizado pela empresa a pedido do Ministério Público e atendido prontamente e em parceria pela Big Frango e apoio de estagiárias de Direito da UEL é de suma importância, pois facilita o direcionamento de ações com eficácia.

Centros de Educação Infantil são assistidos diretamente:

A Big Frango iniciou o atendimento, em Londrina, com 6.065 crianças, hoje atende 6.400 crianças de CEIs, orfanatos, Casas Lar de Entidades Não Governamentais, recebem doação de frango uma vez por semana conforme o número de crianças em cada CEI e, dando suporte a muitas que carecem de manutenção.

Em Rolândia são atendidos cinco Centros de Educação Infantil, onde são recebidos através de uma parceria, filhos de funcionários do Grupo Big Frango, evitando que as crianças fiquem sem acompanhamento nesse período e dessa forma proporciona-se a comodidade funcional dos funcionários.

Creche Noturna para os filhos de funcionários é uma realidade:

Iniciou-se em 2005 como um projeto pioneiro, hoje é referência. A creche atende filhos de funcionários do turno da noite. Esse atendimento é feito no Lar Infantil Leão Pita de Rolândia; acredita-se não existir exemplo igual em toda a região.

Instituições parceiras que atendem os filhos de funcionários da Big Frango:

André Luiz - 89;
Nossa Sra. Aparecida - 55;
João Leão Pitta - 47;
São José - 21;
SOAME - 20;
Total: 232.

Em Rolândia, ainda, são atendidas APAE, asilos, subsídio ao Contra Turno Social de todos os CEIs numa parceria com a Prefeitura Municipal/APMEI.

Cestas básicas

Entre os benefícios destacam-se a cesta básica que há muitos anos vem contribuindo para a tranquilidade dos funcionários da empresa, garantido as necessidades das famílias durante o mês. São mais de 1.900 cestas básicas/mês.

Moderno refeitório

Todos os dias são servidas em média 2.200 refeições que garantem aos funcionários e colaboradores uma refeição equilibrada e de boa qualidade.

Departamento médico

Com o objetivo de garantir o bem-estar dos funcionários através do atendimento multidisciplinar, envolvendo médicos; clínico geral, do trabalho, enfermeiras fonoaudióloga, fisioterapeuta e equipe de segurança do trabalho, onde são realizadas aproximadamente 1.000 consultas mensais, e o médico do trabalho realiza entre admissionais, demissionais e periódicos em média mais 400 exames/mês.

Ginástica laboral

A ginástica laboral é a realização de exercícios físicos no ambiente de trabalho, durante o horário do expediente, com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar dos funcionários.

Atendimento aos funcionários

A empresa conta com uma equipe de psicólogos e assistentes sociais, com atendimento diário aos funcionários com o objetivo de orientar e auxiliar em suas necessidades pessoais (encaminhamentos, aconselhamentos...) também nas atividades dentro da empresa.

Convênios

Em parceria com farmácias e supermercados, realiza descontos em folha de pagamento proporcionando aos funcionários facilidade em suas compras.

A Big Frango é a empresa amigo do Hospital do Câncer de Londrina.

Semanalmente doa de 240 a 280 refeições para o Hospital do Câncer de Londrina aos enfermos e seus acompanhantes, familiares ou não.

O Grupo Big Frango atende também:

Hemocentro; Asilos/Londrina; Guarda Mirim/Londrina; APAE/Londrina - doação semanal de frango; Fundação Galvão Bueno/ na construção da creche Dia de Idosos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos assistem pela televisão.

O assunto hoje é a Saúde. No domingo, ontem, o JM - Jornal da Manhã, muito respeitado em Ponta Grossa, abriu manchete mostrando exatamente esse destaque "Saúde da Família. Médicos desrespeitam carga horária." Essa matéria que está nas minhas mãos, que estamos mostrando aos senhores. Os médicos não trabalham. "A saúde da família está doente." - dossiê Jornal da Manhã - "Falta planejamento e fiscalização. Médicos do programa não cumprem o horário."

Mande um requerimento ao Ministério Público e eles me pediram que eu mandasse documentos. Aqui está o documento, Jornal da Manhã, de ontem: "Controle sobre ações ainda é deficiente. Ouvidoria não funciona, diz Conselho de Saúde." A saúde bucal não é prioridade no PSF de Ponta Grossa. Conselho e Secretaria confirmam o problema. Carga horária de oito horas diárias. Programa não pode ser "bico", diz a gestora, a Coordenadora Ana Paula Carvalho. Tem aqui até um fato curioso, Deputado Péricles, o médico da família dizendo o seguinte: "Por que eu tenho que ficar oito horas no posto, se o Secretário da Saúde e o Prefeito não ficam oito horas na Prefeitura? Eu faço o que os outros fazem, não cumpro horário."

Aqui está o grande problema da saúde, Dr. Batista. Os médicos não querem cumprir oito horas. Deputado Edson, eles recebem por oito horas. Se o Ministério da Saúde paga por oito horas, como eles não ficam oito horas no postinho, o prejuízo total é do povo, porque quando o povo não é atendido, lá no atendimento básico, esse mesmo povo, essa mesma pessoa se obriga mais tarde a procurar um especialista, um atendimento mais direto, até uma UTI na sequência. O atendimento básico que é o problema. O Governo Federal vem pagando por isso, mas não está sendo cumprido.

Dias atrás fiz essa denúncia aqui e o Ministério Público me pediu uma cópia, documentos. Aqui estão os documentos, é o jornal que está dizendo. O Jornal da Manhã mostra todos os erros do programa. PSF não funciona, Deputado Cheida. Alguns médicos não trabalham oito horas, não vão às casas, mas recebem. É por isso que não se quer o controle e é por isso que aquele projeto de marcar o tempo das consultas preocupa muitos médicos. Aqui está o jornal de Ponta Grossa, que mostra a barbaridade que é o que estamos vivendo. A falta de atendimento básico faz com que muitas pessoas fiquem sem atendimento. Fila para todo lado.

Esse é o recado que queria trazer hoje aqui e vou estar encaminhando ao Ministério Público todos esses detalhes para que o Ministério Público possa investigar, porque quando não se vai ao trabalho, o trabalhador é descontado. Espero que isso ocorra também com os médicos. Por isso que a Saúde vai mal,

Deputado Dobrandino, porque a Saúde básica, o atendimento básico é mal feito ou não é feito em alguns postinhos.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Gostaria de registrar nesta tribuna o falecimento de duas grandes figuras ilustres do mundo político paranaense, que construíram uma história maravilhosa, membros, filiados do PSDB, o ex-Prefeito de Londrina, Dr. Wilson Moreira e o Alexandre Ceranto, ex-Prefeito de Umuarama, Deputado Federal.

Portanto, gostaria de registrar e pedir a V. Exa., à Casa, que decretasse luto oficial em função da perda desses dois nomes que realmente eram uma referência da política paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agradeço a lembrança de V. Exa., aliás, a Mesa Executiva já declarou luto por três dias em virtude do falecimento de figuras tão ilustres. Realmente é irreparável. Agradeço a V. Exa. a lembrança.

Com a palavra no Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Alguém já disse e nós já repetimos isso por inúmeras vezes aqui da tribuna, que só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa: o tempo. O tempo é a razão de si e que serve para confirmar a veracidade e desmentir as pessoas. Por que falo isso?

No ano passado, no final de fevereiro, o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, envia uma mensagem para a Assembléia Legislativa propondo a transformação dos cargos em comissão por decreto. Isso o Governador pede e solicita através de uma mensagem. A Assembléia Legislativa aprova a mensagem, ele sanciona a lei e começa a criar, extinguir e transformar cargos em comissão.

Nós, Deputados da Oposição, naquela ocasião, no debate desse projeto, usamos todos os meios disponíveis, primeiro para atrasar a votação. Não conseguimos. Entramos com um requerimento pedindo o adiamento da discussão desse projeto por cinco Sessões. Foi derrubado pela Bancada do Governo. Entramos com as emendas para corrigir talvez as falhas que poderiam existir no

então projeto do Governador. As emendas também não foram acatadas.

Na CCJ ainda, o Deputado Reni Pereira argumentou da inconstitucionalidade dessa mensagem. Também não teve a sua argumentação aceita pelos Deputados que compõem a base do Governo.

O projeto veio para a Casa, Deputado Douglas Fabrício. Nós, Deputados da Oposição, argumentamos, quase todos. Foi um debate muito amplo. E nós dizíamos que estávamos aprovando uma lei, caso o Governador viesse a sancioná-la, que entraríamos na Justiça argüindo a inconstitucionalidade, porque flagrante era, como foi confirmada na última sexta-feira a lei do Governador Roberto Requião, que visava transformar os cargos em comissão, ou extingui-los, ou criar novos cargos através de decreto.

Ora, temos que saber que existe uma coisa no nosso país: nós vivemos um estado democrático de direito. E o que quer dizer isto? A legislação, Deputado Romanelli, tem que ser respeitada.

O Líder do Governo no ano passado tentou, sob todas as formas, desqualificar os argumentos da Oposição. Então, podemos dizer hoje, Deputado Nelson Justus, que preside esta Casa: a Bancada da Oposição não faz oposição pelo bel-prazer de fazer oposição. Fazemos uma oposição fiscalizadora, uma oposição responsável. Aliás, se o Governador do Estado desse um pouco de ouvido à Oposição, com toda certeza, ele estaria errando bem menos.

E o que poderíamos dizer no dia de hoje? Sexta-feira passada o Tribunal de Justiça aceitou os argumentos da Oposição, aqueles mesmos que usamos aqui no Plenário na discussão do projeto, por unanimidade, argüiu a inconstitucionalidade da lei do Governador Roberto Requião. E o que podíamos dizer agora, Deputado Edgar Bueno? O Governador Roberto Requião é um colecionador de derrotas judiciais. São tantas as derrotas do Governador, e tantas mais virão, e a grande preocupação nossa é uma só: o passivo que este Governador vai deixar para a sociedade do Paraná é algo incalculável. Ou o Governador, Deputado Dobrandino, é um colecionador de derrotas, ou podíamos dizer o seguinte: o Governador ganhou mais uma derrota.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Pedro Ivo.

Deputado Pedro Ivo (PT)

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O motivo que me traz à tribuna é quanto a uma conquista muito grande e muito importante para a nossa cidade de União da Vitória.

União da Vitória é uma cidade do sul do Paraná, uma cidade pólo na região sul, gêmeas com Porto União,

cidade vizinha de Santa Catarina. As duas juntas são 83 mil habitantes. E a natureza foi muito generosa com a nossa cidade de União da Vitória. Temos o rio Iguaçu que abraça a nossa cidade, em torno de União da Vitória, formando uma ferradura, temos mais de 70 cachoeiras dentro do município, porque ela está entre o 2º e o 3º Planalto, daí a razão de tantas cachoeiras. Mas sempre fomos notícia negativa na mídia, principalmente em nível de estado do Paraná e até na mídia nacional, pela questão das enchentes, porque ela está na beira do rio, uma área ribeirinha, e a qualquer enchente éramos motivo de uma notícia negativa.

Quando o Governo Requião assumiu em 2003 peguei os mapas da cidade de União da Vitória, mostrei ao Governador Requião a importância de trabalharmos um projeto em que pudesse direcionar o crescimento da cidade para uma região alta, onde a cidade tem espaço para crescer, aliás, o único espaço que a cidade tinha para crescer, porque de um lado está o município de Porto União, do outro lado a ferradura do rio, e do outro lado do rio, ou área de banhado, ou área de morro. Mostrei o mapa, levei os mapas até onde foram as duas grandes enchentes, a de 1983 e a de 1992, expliquei a importância de construirmos um eixo de desenvolvimento para União da Vitória, e o Governador Requião foi positivo, bateu o martelo e a obra já está realizada, já está concluída, 12 quilômetros de asfalto cortando os bairros altos da cidade de União da Vitória. No centro, no coração desses bairros altos, a obra já está realizada, concluída, com toda a sinalização, as ruas já pintadas, sinalizadas.

Faltava ainda, depois deste projeto, e quero enaltecer aqui a sensibilidade do Governador Requião com uma obra dessa envergadura, 12 quilômetros, a fundo perdido sem custo para União da Vitória.

Faltava ainda ligarmos o lado de cá do rio, aonde saiam essas obras com o centro de União da Vitória, conversamos com o Ministro Paulo Bernardo, numa conversa aqui mesmo na Assembléia Legislativa e o Ministro foi muito sensível à necessidade de se fazer uma ponte ligando o centro de União da Vitória com o distrito de São Cristóvão. Depois dessa conversa o Deputado Ângelo Vanhoni articulou toda a Bancada paranaense, os 30 Deputados Federais, e entrou com uma emenda de bancada no orçamento. O Governo Lula, mesmo com as dificuldades com o corte da CPMF, bateu o martelo no projeto e foi publicado agora na semana passada, inclusive saiu na Gazeta do Povo já como certa a primeira parcela da obra, no valor de 6 milhões, no ano que vem mais 6 milhões e no terceiro ano mais 6 milhões. A obra seria realizada em dois anos, com a questão da CPMF. Com o aperto do Governo, ela ficou em três anos e vamos concluir uma ponte no valor de 10 milhões, ligando o centro de União da Vitória com o distrito com uma população de 17 mil habitantes, fazendo assim com que a cidade continue crescendo dentro de um plano diretor, dentro de um zoneamento de União da Vitória com uma via rápida, não só a ponte, mas inclusive duas pistas de rolamento na

altura da maior enchente, a de 1983, ligando o centro de União da Vitória com o bairro Bento Munhoz, em torno de 2 mil e 200 metros de pavimentação com duas pistas de rolamento. Uma obra gigantesca, uma obra de 18 milhões, que traz a possibilidade de a nossa cidade poder estar crescendo.

Gostaria então, de público, de agradecer em nome da população de União da Vitória o apoio do Governador Roberto Requião, que não só na construção do eixo de desenvolvimento, mas também na elaboração desse projeto da ponte agora, foi o DER, através da sua equipe que elaborou. Agradecer também ao Governo Lula pela sensibilidade e também a liberação desse recurso de 18 milhões para a nossa cidade.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente estamos estreando também na TV e um jornal sério como a Gazeta do Povo publicou uma matéria, não sei se os jornalistas estão aí, dizendo que pelo fato de termos televisão eu teria trocado o tênis por um sapato marrom.

A amizade e o respeito que tenho pela Gazeta do Povo é muito grande. Não é um repórter ou outro que vai desvirtuar o que a Gazeta representa, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não está na hora de a imprensa parar de brincar com o homem? Desde quando eu, 35 anos de mandato, sempre o mais votado na cidade, contra Prefeito, Governador, e o poder econômico agora, sirvo para sair num jornal dizendo que troquei o tênis por um sapato marrom? Que inteligência do repórter! Que criatividade! O que esperam os eleitores de pessoas assim? Primeiro que o saudoso Anibal Khury, ele sempre dizia: "Cartário, não apareça de marrom. Marrom é uma cor ruim, que não dá certo." Ele não gostava de marrom, eu também não.

Minha gente, somos pagos com o dinheiro do povo. Perto de um salário mínimo, ganhamos bem. Certamente que aqui não estamos para desfilarmos de tênis ou de sapato e, se estou andando de tênis é porque tenho necessidade de usá-lo. Se esse repórter tem um médico ortopedista, que venha contestar o que estou falando.

Sr. Presidente, semana passada, uma quarta-feira, cheguei a este plenário, o painel aí está, quero cumprimentar Nelson Justus e V. Exa., a Mesa Executiva. Aliás foi um trabalho já iniciado pelo Hermas Brandão, pelo Nereu Moura, pelo Geraldo Cartário, e todos os integrantes. Dizer que esse painel é sério. Eu não merecia ser questionado, o porquê que o meu nome aparecia no painel, porque algum repórter ou alguém da imprensa via o meu nome no painel e não via a minha pessoa. Não me

enxergaram. Acontece, Sr. Presidente, que o meu nome aí está, daqui a pouco estarei lá no meu gabinete, e se necessário for, eu vou, como fui na quarta-feira, pego o carro e vou socorrer pessoas do meu município. Quarta-feira passada, acionei com o meu número - porque aqui nenhum Deputado é laranja para acionar o número de outro, são 54 Deputados sérios que não merecem ser questionados - fui para Mandirituba, não participei da votação. Talvez, hoje, eu não participe da votação ou amanhã não participe. Venho aqui, coloco o meu nome e fico à disposição, lá no meu gabinete. Certamente que gosto de ficar ouvindo aqui.

Por exemplo, hoje está estreando nesta Casa, o Deputado Jonas Guimarães.

V. Exa. concede a Liderança, Sr. Presidente Líder, ou será que tem outros já inscritos?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. já está no horário do PDT.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, está chegando a esta Casa o Deputado Jonas Guimarães, lutador. Lutou para conseguir aqui chegar. Eu recebo aqui com simpatia e quero lhe dizer que Deus sabe o que faz, ele se apressou como integrante da Bancada do PMDB, ele quis se adiantar tomando o meu mandato. Ele aqui subscreveu um documento pedindo que o Deputado Cartário fosse cassado, porque eu tinha saído do partido. Não sabe ele o motivo que me levou, pois eu nunca agredi o Governador Requião.

Quando o Governador Roberto Requião, do PMDB, foi à minha cidade pedir voto para um candidato do PPS, eu falei: tenho que ser coerente, tenho que sair do PMDB. Não saí atirando. Não saí falando mal do Requião. Muito menos dos integrantes do PMDB, que são meus amigos, porque me receberam, lá atrás.

Por isso, Deputado Jonas, rezo pela saúde do Deputado Mamede. Eu rezo. Um homem de idade, imigrante, trabalhador, na sua cidade de Cambará nunca perdeu eleição para ninguém. E eu sou seu adversário. É um homem humilde, honesto e que esta Casa, certamente, reza pelo restabelecimento da saúde do Mamede.

Mas, enquanto V. Exa. aqui estiver, pela sua competência, pela sua ligação até de sangue pelo meu amigo Edno Guimarães, grande Prefeito de Cianorte, grande Deputado que aqui foi conosco, éramos do mesmo partido, V. Exa. certamente honrará Cianorte e norte novo do Paraná, o norte novíssimo.

Sr. Presidente, aqui, hoje, apresento um requerimento a esta Casa. Não sei se o Deputado Cheida veio de Londrina, hoje. Veio de carro? Não veio de carro. Algum

Deputado veio do norte do Paraná e veio pelo norte pioneiro? Belinati? Veio pela Rodovia do Café. Eu, que sou mais caipira que V. Exa., vim por Piraí do Sul, Ventania, etc. Queria dizer aos senhores que o Deputado Romanelli não perde uma semana sem estar em Cornélio Procopio e região. É um curitibano que vestiu a camisa do norte do Paraná. Mas veio de avião. Eu vim de carro. Não existe nada mais triste que você parar o carro e dar carona a um policial armado e fardado. Nos envergonha. Porque são autoridades, são pessoa que, no desespero, chamamos por eles. “Chame a Polícia!” E a Polícia está a pé. A Polícia não tem salário para comprar automóvel.

Mas esta Casa, esta Assembléia apresentou projeto que foi transformado em lei e que diz o seguinte: todo policial poderá comprar seu automóvel sem pagar os impostos devidos. Sem ICMS. Esta lei foi votada e aprovada. No entanto, não foi regulamentada pelo Governo do Estado. Nem pelo Governador Jaime Lerner e nem pelo Governador Roberto Requião.

Será que não nos conscientizamos que um policial, dentro do seu automóvel, não precisa pedir carona para marginal, para traficante, para ladrão? Porque ele não sabe quem está chegando no carro e ele levanta o braço pedindo carona. Isto é vergonhoso para nós, Deputados, para o próprio povo do estado do Paraná.

Por isso, faço um apelo à Liderança do Governo, e ao Presidente que preside a Sessão, Deputado Anibelli: não custa nada, Presidente, é só regulamentar a lei que já foi votada, aprovada, sancionada, publicada. Com isso, daremos oportunidade que os policiais, dentro da sua viatura, possam ajudar a comunidade. Porque eles sabem como pedir reforço. Eles têm olho policial. Aonde eles andam, nas ruas, nas estradas, eles sabem como pedir socorro. Mas dentro do seu automóvel, não de carona, num carro de marginais.

Termino, aqui, Deputado Luiz Carlos Martins, concedendo um aparte a V. Exa. V. Exa. foi bondoso, hoje. Eu pensei que com a televisão eu nunca mais conseguiria usar o Horário da Liderança. Me enganei. Mas não estou aqui para aparecer na televisão, porque eu nunca me elegi com televisão. Televisão para mim é um engano. Eu me elegi com o voto do povo, não com o voto do Prefeito da Fazenda Rio Grande que convenceu os Juízes do Tribunal Eleitoral de que eu falo em 34 emissoras de rádio e que em todas as 34 emissoras - o Rangel já olhou para mim meio desconfiado. Não é na sua rádio não, nem na do Jocelito, nem do Luiz Carlos Martins; é de uma rádio imaginada por este Prefeito da Fazenda Rio Grande, que convenceu o TRE que eu tenho 34 emissoras de rádio e eu toco aquela música Amigo de Roberto Carlos, e daí os eleitores não agüentam, votam todos em mim quando ouvem a música do Roberto Carlos. Duvida? Está no site do Tribunal Superior Eleitoral. Acione o site e você vai ver: “Deputado do Paraná poderá perder o mandato porque toca música de Roberto Carlos.”

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Cartário, primeiro V. Exa. usa a tribuna pela sua competência; segundo, é aquele que divide para poder somar. Ninguém é líder de si mesmo. Agradeço pela confiança dos companheiros do PDT, pela liderança, à minha pessoa.

Deputado Geraldo Cartário, Srs. Deputados, mais um final de semana de carnificina aqui na região metropolitana de Curitiba.

Presidente, Deputado Antonio Anibelli, sei que V. Exa. se preocupa tanto com segurança, 44 corpos passaram esse final de semana pelo IML de Curitiba. É preocupante ou não é? Esta Casa vai fazer silêncio diante desses números ou não? Desses 44 corpos, 26 foram assassinato. A violência está por demais! Não vamos transformar este Plenário num programa policial, mas os números estão aí, e não podemos, todos os Deputados desta Casa, não podemos fazer silêncio diante da desgraça que está tomando conta de Curitiba e região metropolitana. A falta de segurança é uma realidade.

Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Deputado Luiz Carlos Martins, Fazenda Rio Grande, no ano anterior, 69 mortes; no outro ano, 42 mortes; neste ano em fevereiro, 10 mortes; só que o encarte da Gazeta do Povo fala que a Fazenda Rio Grande é a cidade mais segura, mais tranqüila. Como o Governo do Estado deve estar pagando, o prefeito da Fazenda Rio Grande está pagando para sair só notícia boa do Paraná e dos nossos municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Geraldo Cartário, só quero dizer a V. Exa. que eu o vejo tranqüilo de tênis. Quando a Gazeta do Povo disse que foram banidos os jeans do Plenário da Assembléia, por causa da televisão, estou de calça jeans como V. Exa. Quer dizer, não vamos mudar a nossa figura Parlamentar, respeitamos todos nós pelo Paraná inteiro, por causa de uma manchete de jornal por ser criticado porque cada um vai comprar um terno novo.

Próximo orador inscrito, Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

(Lê):

“Exmo. Sr. Deputado Estadual Nelson Justus, M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; meus diletos companheiros desta Casa; caros funcionários que são a sustentação logística deste Poder; senhoras e senhores presentes neste recinto.

Esperei muito tempo por este momento. Aspirei estar aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como Deputado Estadual, reacende em minha

alma aqueles sonhos adormecidos que ficaram aprisionados com o resultado das últimas eleições.

Foi difícil admitir que ainda não era a minha hora, apesar de sentir-me preparado para desempenhar esta tarefa. Desejaria ter entrado nesta Casa desde o primeiro momento, mas quis Deus que os caminhos fossem outros.

Não desejaria estar aqui pelo afastamento do digno Deputado Mohamad Ali Hamze, que por enfermidade está afastado. Desejo ao colega o seu restabelecimento para que possamos usufruir ainda muito tempo de sua capacidade política.

No entanto, não temos o poder para mudar o destino. Este é um dom divino, não é um dom do homem.

Assim, Sr. Presidente, pelos descaminhos cheguei aqui, com sangue novo, determinado, arejado pelos ideais que imprimir ao longo de minha vida como pai, como amigo, como empresário, como agricultor, como homem do povo, que nasceu de uma família simples, mas muito empreendedora. Vereador, Prefeito por duas gestões e Deputado por duas legislaturas. Nasci da mesma família de Edno Guimarães, Prefeito Municipal de Cianorte, com os mesmos princípios morais e religiosos, com a mesma dignidade e ética de meus pais, Beatriz e José Guimarães, pioneiros em Cianorte.

Chegamos em Cianorte quando a mata cobria a maior parte do território do município, quando ainda era um projeto de colonização urbano-agropecuário, da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Nasci no seio de uma família de lavradores da terra e dela deveríamos retirar o nosso sustento, com muito sacrifício. Por isto, tenho especial carinho pela terra, pelo agricultor, que faz da terra a sua parceira, que planta e espera a colheita. Aliás, saber esperar é um dos meus talentos, porque esperar o seu momento, sem atropelar o tempo, é ter sabedoria. Sofri todas as dores que um homem pode suportar. Criança, fui vítima de um grave acidente que ainda trago as marcas no corpo e no coração. Aprendi a duras penas a ter paciência e conviver com a limitação; superei a própria dor e só o sofrimento é capaz de conduzir um homem à maturidade.

Por isso, estou pronto para estar aqui nesta Casa, porque fui treinando ao longo de minha vida, a minha capacidade de superação de mim mesmo.

Assim, a vida vai nos dando a oportunidade de sentir a dor do outro. Ter empatia é colocar-se no lugar do outro, sentir o que ele sente para entender o que o povo aspira e quer. Esta sensibilidade nasce da dor e da observação. Vejo que tantas necessidades reivindicadas pelo povo da região da AMERIOS, seja representado pelos Prefeitos e Vereadores, ainda não foram realizadas.

Vejam a Estrada Boiadeira, pauta de tantas propostas e até hoje não realizada. E à beira da estrada está o povo, ansiando para ser ouvido.

Vejam a estrada de ferro que poderia estar ligando Cianorte a Guaíra, e, conseqüentemente, ao Mato Grosso do Sul, tão falada por tantos e os trilhos ainda jazem na

esplanada em Cianorte, esperando que o projeto de 50 anos se realize.

Se estes desejos do povo podem ser realizados pela vontade política do poder, pelo menos que se abram oportunidades para que a iniciativa privada o faça, porque na ponta do desejo está o povo paciente, que volta e que espera que seu representante dinamize o projeto de seus desejos. Há tantas esperas que o tempo passa e o descrédito nos que militam na política se acentua. O povo é a única razão de estarmos aqui. Alguns poderão dar o nome a esta fala de demagogia, ou de projeto de iniciante, ou de discursos vãos. Não penso assim, e não estou sozinho nesta empreitada.

Vi Cianorte, a Capital do Vestuário, nascer. A grande revolução ocorreu em decorrência da geada avassaladora da década de 70 e que implantou o desânimo no meio rural, e conseqüentemente, na zona urbana. Aos poucos a cidade foi encontrando a sua vocação para a costura. Hoje, as mais de 500 indústrias formais e informais, costuram, bordam, fazem moda, vendem idéias e os seus produtos extrapolam os limites do município. As maiores grifes do país são costuradas em Cianorte.

A exigência de empregados preparados para manipular máquinas, produzir moda, provocou o aparecimento de profissões exóticas como os traveteiros e lixadores de jeans.

Um sem número de pessoas práticas são utilizadas na indústria da moda, nas indústrias decorrentes da moda, como as lavanderias e as empresas de bordados, que posso afirmar seguramente que em Cianorte, com a sustentação do Poder Executivo Municipal e Câmara de Vereadores não faltam empregos.

Duas universidades: a Universidade Estadual de Maringá e a UNIPAR, especializam os empregados nos cursos de Design de Moda e Tecnologia e Gestão em Moda, sem falar dos outros inúmeros cursos superiores.

Mas o progresso atrai problemas com a segurança, com o aumento de delitos que merecerá toda a nossa atenção.

A presença da população trabalhadora requer um atendimento funcional e adequado na gestão da saúde. Estarei vigilante nesta questão, assim como estarei atento à educação, ao meio ambiente, à agricultura, à cultura.

Sou um dos mais antigos militantes do PMDB em Cianorte, desde o tempo do antigo MDB e hoje sou o único Deputado Estadual peemedebista da nossa microrregião, da macrorregião do noroeste do Paraná. Sou proveniente do MDB ousado, que se opunha à antiga ARENA, comissão de frente da ditadura militar brasileira. Tenho uma história democrática em meu currículo, construída com humildade dentro desta agremiação, rejeitando toda a espécie de servidão.

Nunca perguntarei porquê estou aqui, mas me indago para que estou aqui. O que a Assembléia e meus eleitores esperam de mim? Estou consciente que deverei trabalhar muito por todas estas respostas.

Enfim, Sr. Presidente, estou aqui não só para ouvir, como também para escutar. Porque ouvir é bem diferente de escutar. Ouvir é ser elegante, mas não é comprometer-se. Mas escutar é um ato profundo de amor, pois escutar significa acolher a esperança do outro.

Espero não decepcionar aqueles que acreditaram em mim e vibraram com a minha vitória. Estarei sempre à disposição do meu partido, dos Prefeitos, Vereadores, e toda a população comprometida com os meus ideais.

Muito obrigado.”

Quero agradecer, Sr. Presidente, a presença do Secretário da Administração de Cianorte, Sr. Heliab; o César, Chefe do Serviço de Trânsito; o Serginho, um dos nossos Vereadores do município de Cianorte; Pedro Batista, um empresário.

Quero me colocar à disposição de todos os companheiros e companheiras desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Justificando ao Plenário que deixamos o Deputado Jonas falar um pouco mais porque é o seu debut nesta Casa. De próxima vez, seremos rígidos com o horário.

Próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente Anibelli, declino da minha apresentação, do meu pronunciamento no Pequeno Expediente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Existe uma vaga. Os Deputados Chico Noroeste, Luizão e Zucchi. Esgotou o sexto.

Grande Expediente:

Encerramos o Pequeno Expediente e passamos ao Grande Expediente.

Concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Péricles de Mello. V. Exa. dispõe de 15 minutos e o próximo orador será o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero inicialmente saudar o Deputado Jonas Guimarães por suas belas palavras, na sua primeira manifestação no plenário. Quero lhe desejar excelente mandato nesta Casa de Leis, a favor dos paranaenses e sua região.

Sr. Presidente, nesta quarta-feira, uma grande delegação de Ponta Grossa estará em uma Audiência com o Diretor da Polícia Federal, em Brasília. Vou acompanhar os Deputados Marcelo Rangel, Plauto Miró Guimarães, Jocelito. O Prefeito de Ponta Grossa também estará presente, por solicitação da Ordem dos Advogados do

Paraná, Seção desta cidade, que tem feito um excepcional trabalho a favor de toda a população dos campos gerais, de humanização dos presídios, de segurança e de cidadania, na figura de Henrique, Presidente, e de seus demais membros.

No ano passado, no mês de maio, estive em Brasília, acompanhando a OAB, com o Vereador Jorge e outros Vereadores, em uma Audiência com o Ministro Tarso Genro, solicitando uma série de ações com relação a nossa cidade, a construção de presídios e também a instalação da Delegacia da Polícia Federal em Ponta Grossa, que é um pleito da cidade de mais de 10 anos, sendo inclusive passado para a Deputada Federal Selma, enquanto exerceu o seu mandato.

É um absurdo que uma cidade como Ponta Grossa, que é um dos principais entroncamentos rododotferroviários do Paraná, historicamente, com mais de 300 mil habitantes, pólo de uma região de mais de 1 milhão de habitantes, não tenha ainda uma Delegacia da Polícia Federal, quando todas as demais cidades importantes, de porte médio, do Paraná têm a delegacia.

Basta citar nesse sentido um artigo do Dr. Antônio César, do Jornal da Manhã, quando ele diz:

(Lê):

“Certamente, dados objetivos confirmam a necessidade da instalação de uma unidade da Polícia Federal na cidade de Ponta Grossa: a população de mais 30 mil habitantes, com aproximadamente 1 milhão de pessoas residentes nos campos gerais; a Receita Federal atuante com elevada arrecadação; representatividade de vários órgãos federais (INSS, Ministério Público Federal, Justiça Federal e Justiça do Trabalho, Procuradoria Federal e outros); maior pólo industrial do interior do estado, que arrecada tributos federais; importante entroncamento rodoviário e ferroviário; acentuado número de militares; projeto de instalação de um grande aeroporto e do Parque Nacional dos campos gerais; entre outros fatores.

Atualmente, os serviços prestados pela Polícia Federal são atendidos pelas unidades sediadas em Curitiba ou Guarapuava. Os cidadãos dos campos gerais precisam se deslocar até estas cidades para resolver as questões relacionadas a passaportes e documentos estrangeiros. Os Agentes e os Delegados Federais daquelas cidades dirigem-se até a cidade para realizar os atos investigativos, escolta de presos provisórios para Audiências e além das demais atribuições nos processos que tramitam na Justiça Federal e perante o Ministério Público Federal de Ponta Grossa.

Os advogados também enfrentam dificuldades no contato e deslocamento com seus clientes e na obtenção de documentos e informações. Enfim, a efetividade da prestação jurisdicional e da atuação do Ministério Público Federal e dos advogados, muitas vezes resta comprometida pela ausência da PF na cidade.

A importância da Polícia Federal é manifesta. Uma indagação precisa ser respondida: por que ainda não foi instalada a Polícia Federal em Ponta Grossa e os seus ser-

viços ainda não estão à disposição dos cidadãos dos campos gerais? Imagino que as únicas pessoas contrárias ao pleito são aquelas que podem ser investigadas e responsabilizadas por seus atos ilícitos. Ao contrário, imensa quantidade de pessoas seria beneficiada com mais segurança na prevenção e investigação de crimes federais e na facilidade da prestação de serviços da expedição de passaportes e documentos para estrangeiros. Também há interesse público como acima especificado.”

Tenho certeza pela forma, Deputado Marcelo Rangel, que o Ministro Tarso Genro nos cedeu naquela ocasião e pela mobilização de toda população dos campos gerais, que vamos conseguir com a máxima urgência a instalação da Delegacia da Polícia Federal em nossa cidade.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

O senhor me permite um aparte?

(Assentimento)

Primeiro, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Realmente é um assunto de extrema importância e acredito que todos os representantes políticos da região dos campos gerais não irão se omitir nessa questão, porque se trata de uma convocação, não só dos Deputados Estaduais, mas também dos nossos representantes na esfera da Câmara Federal, para que consigamos esse benefício que não é somente para a cidade de Ponta Grossa, mas volto a frisar, para toda a região dos campos gerais e até mesmo para o estado do Paraná.

Terei um imenso prazer de acompanhar os Parlamentares pontagrossenses nessa luta em Brasília, na quarta-feira. O senhor está de parabéns.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Me permite um aparte, Deputado Péricles?

(Assentimento)

Gostaria de dizer a V. Exa. que lamentavelmente não estarei nessa Audiência, até porque tenho prezado por não perder nenhuma Sessão nesta Casa. E entendo que no horário de Plenário não tenho participado de nada que seja fora desta Casa, porque acho que o Plenário é muito importante no dia-a-dia. Desejo a vocês uma boa viagem, que possam representar bem todos os Deputados. Estarei aqui torcendo pelo sucesso dessa empreitada dos demais Deputados e estarei trabalhando aqui no plenário, como determina aqui o nosso dia-a-dia.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Agradeço, já havia conversado com o Deputado Jocelito, ele manifestou a sua posição, merece o maior respeito, o Deputado também assinou o requerimento junto comigo, o Deputado Marcelo Rangel, Deputado Plauto, e tenho certeza que da sua forma também atua a favor da Delegacia da Polícia Federal em Ponta Grossa.

Tenho certeza que este pleito será atendido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por alguns outros motivos.

Ponta Grossa tem sido contemplada, e muito, pelo Governo Federal. Recentemente, foi definido e aprovado agora no orçamento da união, R\$ 12 milhões com iniciativa básica dos Deputados Federais do PT, o Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado André Vargas, que estiveram várias vezes em Ponta Grossa reunidos na Associação Comercial, com o Prefeito da cidade e conseguiram essa emenda. Apesar da CPMF que foi rejeitada, dos cortes orçamentários que aconteceram. Ponta Grossa este ano recebe 12 milhões para contornos e acessos à cidade, de extraordinária importância. Uma trincheira no distrito industrial, na BR; uma outra trincheira no contorno leste, que os recursos vieram desde o meu Governo, do Governo Federal, recursos da união, e as alças do viaduto Santa Terezinha. São investimentos de extraordinária importância.

Além desses investimentos, amanhã na “escolinha”, o Prefeito de Ponta Grossa assina novo convênio com a SANEPAR, grandes investimentos com recursos da união, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, a SANEPAR investindo como nunca na história de Ponta Grossa. O Presidente da SANEPAR, Stenio Jacob, lembrava que até 2008 seriam investidos no município, só em saneamento, R\$ 58 milhões, dos quais já tinham sido aplicados 15 milhões nos últimos três anos e 11 milhões já estavam em andamento. Amanhã, uma nova parte desse orçamento importantíssimo. Não digo que em 2008 termine, é normal obras dessa envergadura demorem mais tempo do que o previsto inicialmente, mas Ponta Grossa, com certeza, até 2010, 2011, terá 85% da sua população com acesso ao serviço de rede de esgoto. Índice de primeiro mundo. Uma cidade que tem uma infra-estrutura complicada, cheia de altos e baixos, topografia. Uma cidade que tem 152 quilômetros de arroios a céu aberto, que tem um perímetro urbano maior que de Londrina, apesar de ter a população menor.

Acho que através destas questões o povo de Ponta Grossa sente a presença concreta, efetiva, real, tanto do Governo do Presidente Lula, como do Governo do Governador Requião. São muitos investimentos e Ponta Grossa está de parabéns.

Eu, por ir a Brasília, me ausentarei da Sessão na quarta-feira e na quinta-feira de manhã também, porque temos uma outra Audiência importante para a população do litoral paranaense. Por um equívoco grave, os pescadores de camarão da baía de Guaratuba não receberam seu seguro desemprego nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, mês da desova do camarão e que eles não podem pescar. Todos os outros pescadores, suas famílias, do Paraná e Santa Catarina, receberam. Apenas os de Guaratuba não. Estamos investigando o motivo pelo qual aconteceu isto. Temos certeza que resolveremos a questão. Estaremos acompanhados na quinta-feira do Presidente da colônia de pescadores de Guaratuba, nosso amigo Álvaro, lá na Secretaria Especial da Pesca, e temos certeza que resolveremos esta grave questão que atinge

130 famílias do litoral paranaense, mais especificamente da cidade de Guaratuba.

Por último, Sr. Presidente, queria fazer alguns comentários sobre um assunto já levantado nesta tarde pelo Deputado Jocelito Canto e que diz respeito ao Programa Saúde da Família em Ponta Grossa. O fato de os médicos não estarem atendendo as oito horas, conforme fizeram concurso e conforme prevêm os fundamentos desse Programa, que foi trabalhado tanto tempo os sanitaristas e que tem uma forma de ver a saúde muito evoluída, muito avançada.

Quando fui Prefeito, Ponta Grossa era uma das únicas cidades de porte médio que ainda não contava com equipes da Saúde da Família. Conseguimos instalar em quatro anos, 22 equipes.

O Programa Saúde da Família, em nosso Governo, era central. Inclusive inovamos o programa, porque todos os postos de saúde da família, além do médico, das enfermeiras, dos profissionais e também das assistentes sociais, a cada três postos tínhamos um farmacêutico que fazia plantão de maneira alternada. Infelizmente, no atual Governo, apesar de aumentar as equipes no Programa que estabelecemos quando eu era Prefeito, com recursos do Governo Federal, não tem dado a atenção devida para o Programa Saúde da Família.

Este programa envolve uma profunda mudança de perspectiva e de conteúdo sobre a questão da saúde. É um programa de saúde preventiva. Acho que à medida em que amadurecemos, nós mesmo, eu sou leigo, não sou médico, sou engenheiro civil, mas vamos percebendo, pela nossa experiência, que a questão da saúde é uma questão profundamente cultural.

O sentido da Saúde da Família é o sentido preventivo. O médico tem que ficar vivendo os problemas e conhecendo e compreendendo a comunidade, tanto que ele atende de manhã quatro horas e à tarde faz visitas domiciliares às pessoas que não podem ir ao posto de saúde, faz reuniões coletivas, discute a problemática do trabalho, da situação de vida de cada morador daquele bairro, problemas ambientais, e tem uma relação que, sem dúvida nenhuma, vai prevenir e muito as doenças.

Infelizmente, pelo exemplo que temos, a Prefeitura atual, a administração atual não entende a saúde desta forma. Cai no velho chavão da saúde curativa que sabemos as consequências.

Tenho muito medo, inclusive, Deputado Jocelito, que com a inauguração dos centros de atenção à saúde, que era um projeto que também vinha no nosso Governo, numa perspectiva a médio prazo comecem a ser desativados alguns postos comunitários, porque se não aceitamos a idéia da saúde preventiva, vamos pensar na saúde como consulta, consulta, consulta, exames, remédios dos grandes laboratórios e, infelizmente, me parece que talvez esse seja o conteúdo do atual Governo.

Na nossa idéia de CAS, o atendimento básico era feito nos postos de saúde da família e os centros de referência regionais eram para os médicos especialistas em

alguns momentos, para aquelas consultas que não podiam ser efetivadas na Saúde da Família. Parece que esta filosofia está sendo invertida, os farmacêuticos foram retirados dos postos de Saúde da Família e muitas coisas graves, como denunciou o Jornal da Manhã, infelizmente estão acontecendo em nossa cidade.

Eram estas as manifestações que eu tinha na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há duas semanas atrás exatamente, o Governador Roberto Requião veio aqui neste plenário para dizer que a história do Paraná começou em 1º de janeiro de 2003, quando ele iniciou o seu 2º mandato de Governador de Estado. Veio aqui, Srs. Deputados, para dizer que tudo que havia sido feito antes não prestava para os paranaenses e que tudo que havia sido feito era contra os interesses dos paranaenses. Veio, daquela tribuna, para afirmar, como dono da verdade, que somente ele tem razão, que os demais Líderes deste estado que contrapõem àquilo que ele afirma talvez pudessem ser chamados de canalhas ou patifes.

Veio também afirmar o Governador Roberto Requião que se sente injustiçado porque não pode usar a TV Educativa como se fosse propriedade particular, como se o exercício do cargo de Governador o tornasse um donatário de todo território paranaense, de todo patrimônio público. A nós, cidadãos, caberia assistir e aplaudir as loucuras do Capitão donatário. Não, Sr. Governador Roberto Requião, Capitão donatário deste estado, não estamos no Brasil colônia - Srs. Deputados - o patrimônio público não é sua propriedade particular e as leis existem para serem respeitadas, apesar de seguidas vezes o senhor querer passar por cima da legislação e afrontar a Justiça, como aliás tem ocorrido nas últimas semanas.

(Lê):

“O Governador-Capitão donatário olha para trás e só enxerga desgraça, mas, na verdade é ele que está destruindo o presente e comprometendo o futuro do Paraná.

Todos nós conhecemos o seu estilo e sabemos que sua herança será uma herança maldita, que coloca o Paraná aferrado aos grilhões do atraso, preso ao estigma de estado que afugenta investimentos, que rasga contratos e que, ao sabor do vento que bate na testa curta do Governador, é capaz de humilhar publicamente qualquer cidadão, seja ele rico ou pobre, branco ou negro, empresário ou trabalhador.

Na semana passada, o Governador-Capitão Donatário falou por 72 minutos neste plenário, dizendo que

olha para trás e sente orgulho de seu Governo. Não sei se ele se referia ao fato de ter nomeado oito parentes diretos para o seu Governo, se falava da administração de seu irmão Eduardo à frente do porto de Paranaguá, que aliás colheu mais um fracasso na tentativa obscura de contratar a dragagem do Canal da Galheta, ou se ele se referia à participação de integrantes de sua gestão na campanha eleitoral do Paraguai.

Não sei.

O que sei é que o Paraná está pagando um preço alto demais pelos desmandos do Governo Roberto Requião.

O que sei é que programas sociais deixados pelo Governo anterior, como a produção mensal de 400 mil refeições com o aproveitamento de frutas e verduras da CEASA, foram extintos pela obsessão destrutiva do Governador-Capitão donatário.

O que sei é que o mesmo Governador que afugenta empresários e que trata mal os executivos de grandes grupos como a Klabin tem, no discurso que fez aqui, a coragem de contar como um feito seu os investimentos que a Klabin está fazendo em Telêmaco Borba e Arapoti.

O que sei é que ele cita como um feito seu o investimento da Hexal em Cambé, e propositalmente esquece de dizer que esta empresa só está no Paraná porque assinou um protocolo de intenções com o Governo anterior, em dezembro de 2002.

Para o Governador-Capitão donatário, esse detalhe não tem importância. Para ele, o Paraná foi descoberto, desbravado e se constituiu como estado apenas em 1º de janeiro de 2003. Para ele não existem as 254 indústrias que se instalaram no Paraná ou aqui ampliaram as suas atividades com incentivos fiscais do Governo do Estado no período de 1995 a 2002. Assim como também ele nega a criação de 700 mil empregos naquele período desenvolvimentista de oito anos.

Em vez disso, ele cita parques números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, esquecendo-se de dizer a verdade completa, que esse cadastro só passou a cobrir todo o Paraná a partir do ano 2000. Cita ainda o caso de 88 médias e grandes empresas que teriam se instalado em 40 municípios do estado com incentivos fiscais nos últimos cinco anos. Mesmo admitindo que essa conta fosse verdade, ainda assim ele estaria devendo ao Paraná a implantação de mais 166 indústrias, apenas para se igualar à administração do ex-Governador Jaime Lerner, que ele tanto critica.

Vou repetir: em oito anos, o Governo Lerner, viabilizou 254 médias e grandes indústrias no Paraná, das quais 149 de capital brasileiro e 105 de capital estrangeiro. O atual Governador diz que nos últimos cinco anos o estado apoiou a implantação de 88 empresas. Portanto, está devendo no mínimo 166 para se igualar ao antecessor. O microcrédito que ele alardeia hoje nada mais é do que a continuidade do Banco Social, criado e implantado pelo Governo anterior.

O fato é que não interessa ao Governador que olha para trás reconhecer mérito nas outras pessoas, muito menos em seus adversários políticos, aos quais ele usualmente trata como inimigos. Mesmo os que convivem com ele sabem que nunca estão seguros, que podem ser humilhados, destratados ou achincalhados a qualquer momento. Afinal, como se diz, o Governador perde o amigo, mas não perde a piada. Ou, quando for o caso, perde o amigo, mas não perde a oportunidade de exercer o seu poder ditatorial, de tiranete das Araucárias.

Se a indústria automotiva garante a boa performance das exportações do Paraná, o Governador comemora como se o feito fosse seu. Se a agroindústria sustenta o desenvolvimento no interior, o Governador diz que isso só passou a acontecer depois de 2003. Esquece, no entanto, de creditar o sucesso aos agricultores que resistiram aos seus rompantes e as suas brigas contra a soja transgênica, que hoje representa mais da metade das exportações paranaenses. São agricultores como esses que respondem pelos aumentos de produção do Paraná, e não o Governo encastelado no 'Palácio das Divisórias'.

O Governador-Capitão donatário se vangloria do apoio que dá à agricultura familiar e ao pequeno produtor. Esquece de contar que o Governador anterior deixou implantadas 1 mil e 251 Fábricas do Agricultor, que até hoje garantem aos pequenos agricultores a condição de transformar seus produtos, criando empregos, agregando valor e aumentando o faturamento da propriedade. Não se lembra sequer das 412 Vilas Rurais que beneficiaram 16 mil famílias em 274 municípios. O mais grave é que por pura birra, o atual Governo não quis dar continuidade a esse programa, e muitos pequenos agricultores acabaram na sarjeta do abandono.

O Governador que olha para trás esquece, por exemplo, o fato do Paraná ter se transformado no maior produtor nacional de frango a partir de 2001, depois de investimentos de mais de US\$ 300 milhões por parte das indústrias avícolas. Da mesma forma que desconhece as dificuldades enfrentadas hoje por milhares de produtores rurais. Nesse ponto, é até compreensível o desconhecimento do Governador. Afinal, ele comeu mamona na mão do Presidente Lula, sem saber que esse fruto da família das euforbiáceas não é comestível.

Para quem não sabe, a mamona, além de fornecer óleo combustível, serve também para produzir óleo de rícino, o mesmo óleo que deveria ser receitado ao Governador, para ver se ele se livra do ódio e do rancor que ele cultiva a cada manhã, a cada dia que sai de casa, a cada vez que tenta usar a TV Educativa com o objetivo de se promover e de diminuir seus adversários e a imprensa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Olhar para trás é necessário para lembrar que o governo anterior implantou o Programa Paraná 12 Meses, que até o final de 2002 tinha investido o equivalente a US\$ 127 milhões na melhoria de casas e das condições de vida de 57 mil famílias de pequenos agricultores.

O mesmo Governo que deixou para o atual Governador mais US\$ 226 milhões para serem aplicados no Paraná 12 Meses.

É por isso que o Governador-Capitão donatário pode dizer agora que está apoiando o pequeno agricultor, a agricultura familiar. Isso só está sendo feito porque o Governo anterior deixou o equivalente a US\$ 226 milhões do Programa Paraná 12 Meses para serem investidos a partir de 2003.

Faço aqui um desafio ao Governador: que ele venha prestar aqui contas sobre o destino desse dinheiro, onde foram aplicados esses recursos do Programa Paraná 12 Meses, quem foram os beneficiados, onde estão os resultados...

O Programa Paraná Urbano, que entre 1996 e 2002 investiu mais de R\$ 1 bilhão com obras em 390 municípios paranaenses, é outra herança do Governador anterior, que ainda hoje sustenta o atual Governo.

Depois de financiar quase 4 mil obras, o Programa se transformou agora em fundo rotativo, graças à visão do ex-Governador Jaime Lerner. O estado tomou o empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e paga por ele, enquanto os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano continuam sendo usados pelos municípios.

Pena que o Governador-Capitão donatário esteja agora discriminando o município de Curitiba, negando R\$ 63 milhões em financiamentos para obras na capital, numa clara medida de retaliação política contra o Prefeito Beto Richa. Felizmente para os curitibanos, a Prefeitura de Curitiba é melhor administrada que o estado do Paraná e está podendo fazer com recursos próprios as obras que seriam financiadas pelo FDU. Entre elas está a nova pavimentação, calçadas e iluminação da avenida Anita Garibaldi, num extensão de mais de 3 mil e 300 metros, cujas obras começaram na semana passada.

Mas, Sr. Presidente, a falta de equilíbrio nas decisões do Governador não permite a ele ver que o Governo anterior assegurou a implantação de aterros sanitários em 68 municípios, deixando em execução outros 66.

Mesmo assim, todos os paranaenses são testemunhas da falta de competência do atual Governo no saneamento básico. A contaminação das praias paranaenses por esgoto doméstico, que causou enormes prejuízos aos empresários do litoral e expôs milhares de banhistas a riscos de infecções e doenças nos últimos dois meses, é uma prova incontestável do descaso e da ineficiência do atual Governo. Em vez de olhar para frente e resolver os problemas de falta de rede de esgoto, o Governador que olha para trás, prefere discursar, prefere insistir naquela falácia de que coube ao seu Governo resgatar a SANEPAR para as mãos dos paranaenses.

Ora, a SANEPAR nunca saiu das mãos dos paranaenses. A não ser por essa operação recente e mal-esclarecida de compra de ações do grupo Sanedo pela COPEL, não consta que tenha havido qualquer alteração na composição societária da SANEPAR nos últimos cinco anos.

À semelhança de um Dom Quixote fora de época, o Governador cria seus moinhos de vento e trava batalhas imaginárias que o consomem, enquanto o estado padece por falta de ações construtivas e políticas de desenvolvimento. No período de 1995 a 2002, a SANEPAR implantou mais 66 estações de tratamento de água e esgoto do Paraná, realizando mais de 500 mil ligações de água e 379 mil ligações de esgoto.

Qual é o balanço do atual Governo?

O Governador não divulga, porque o avanço é mínimo. Em vez disso, prefere falar em investimentos financeiros, escondendo o fato de que o estado vai mal nos indicadores de saneamento. Na habitação, o Governador que olha para trás diz que construiu 18 mil moradias nos últimos cinco anos, quando prometia, ainda na campanha eleitoral de 2002, erguer 200 mil casas em quatro anos. Fui consultar o balanço da COHAPAR no Governo anterior e encontrei números que poderiam fazer o atual Governo corar de vergonha. Está lá documentado que foram construídas 63 mil casas no período de 1995 a 2002, incluídas as 16 mil casas erguidas em vilas rurais. De todas essas moradias, 53 mil atenderam municípios com menos de 100 mil habitantes. O total de casas construídas no Governo Lerner representava, em 2002, 60% de tudo o que a COHAPAR havia feito em 51 anos de história.

Mas, eu gostaria de saber também onde estão os 24 hospitais que tanto serviram para discurso na campanha do atual Governador em 2006? Nem o hospital de reabilitação da APR, em Curitiba, que pelo menos estava com as paredes em pé, conseguiu ser inaugurado. Faz mais de um ano que a construção foi concluída e até agora o Governo não teve competência para colocá-lo em funcionamento. Enquanto isso, as vítimas de traumas e acidentes sofrem pelos corredores de hospitais superlotados. É o retrato fiel do descaso do Governo Estadual com a Saúde Pública.

Na Segurança Pública, o Governador que olha para trás esquece de reconhecer que no período de 1995 a 2002 o número de vagas nas penitenciárias estaduais mais do que dobrou, passando de 3 mil e 624 para 7 mil e 790 vagas. Nas contas do atual Governador, ele se apropria de 1 mil e 200 vagas da gestão anterior para dizer que construiu mais penitenciárias.

Triste título este. Ele fala com insistência em Mapa do Crime, em Geoprocessamento e em Projeto POVO, mas o que todo mundo sabe é que a criminalidade e a violência crescem como capim no verão, de dia e à noite. Chova ou faça sol. A divulgação de estatísticas recentes da criminalidade colocou o Paraná numa posição vexatória no cenário nacional. Temos o maior número de cidades entre as mais violentas do país e o Governador que olha para trás prefere lançar uma cortina de fumaça, alegando que as estatísticas dos outros estados são fraudadas.

Ora, isso não ressuscita os nossos mortos em assaltos, em confrontos com bandidos.

Se o vizinho finge que não estão esfarrapado, isso não diminui a nossa pobreza.

Em vez de comprar TVs laranjas de uma empresa que financiou sua campanha eleitoral, o Governador que olha para trás deveria investir nas escolas inacabadas que ainda deixam alunos sem aulas, como vimos na semana passada em Curitiba e no interior do Paraná.”

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Apenas para retificar: são 44 mortes violentas em Curitiba e região metropolitana. Sendo que 26 foram homicídios.

Muito obrigado!

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, pois está contrapondo ponto a ponto o que o Governador Roberto Requião disse aqui na semana passada.

Gostaria que V. Exa. repetisse os números da habitação popular. Porque o Governador sempre defende que faz a política de acordo com a Carta de Puebla - carta referenciada aos pobres.

Quem precisa realmente de casa popular são os mais humildes. Tenho um exemplo na minha região, no município de Goioerê, inclusive V. Exa. também fez uma belíssima campanha lá, e faz muitos anos que o Governador Roberto Requião não constrói nenhuma casa popular.

Mas aí sei porque, agora vi, ele só fez 18 mil casas populares no seu Governo e o Governo Jaime Lerner fez 63 mil. Não é isso? Então, realmente, agora estou entendendo. Ele fala no discurso que atende aos pobres, mas na prática não é isso que está acontecendo, pelo menos com relação ao quesito casa popular no estado do Paraná.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Traiano, concedo um minuto para V. Exa. encerrar.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Para concluir, Sr. Presidente. Lamento não lhe conceder um aparte, Deputado Elio Rusch.

Quero encerrar dizendo o seguinte: ao invés do Governador olhar para trás, deveria se preocupar com o presente e o futuro do Paraná, mas pensando bem, se isso acontecesse com o Governador, ele não seria o Requião porque o Requião só sobrevive no conflito, na discórdia e na desavença.

Pobre Paraná! Srs. Deputados, que essa nuvem que sombreia seja breve e que o sol volte a brilhar na terra dos nossos pinheirais.

Muito obrigado, Srs. Deputados!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício. V. Exa. dispõe de 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente Antonio Anibelli, Sras. e Srs. Deputados.

O motivo de estar usando o horário da Liderança do PPS, hoje, é para ajudar o Governo do Estado do Paraná, em especial no quesito professores e Educação.

Na semana passada, ouvi neste plenário que o Secretário de Educação do Estado do Paraná, que é irmão do Governador Roberto Requião, é o melhor Secretário de Educação do Brasil. Eu ouvi isso. Já que ele tem esse título, quero fazer uma pequena anotação e gostaria que o Líder do Governo e os Deputados da base governista levassem essa informação para que ele corrigisse isso para poder continuar sendo o melhor Secretário de Educação do Brasil.

O jornal Tribuna do Interior trouxe uma matéria, sexta-feira agora que passou, e a Gazeta do Povo também trouxe uma matéria similar: “Confusão marca o início das aulas em Campo Mourão”. Nós fomos ver e em Goioerê, em Maringá e em Curitiba também aconteceu isso. Para quem quer ser o melhor Secretário de Educação do Brasil não pode cometer essa confusão. O processo que estamos nos referindo é o Processo Seletivo Simplificado de 2008, que é o PSS. Embora tenha o nome de simplificado, não tinha como ser mais complicado.

Recebi vários professores, semana passada, em meu gabinete no escritório em Campo Mourão, Deputado Marcelo Rangel, e eles estavam me dizendo o seguinte: antigamente, tinha o processo de classificação de professores que não são concursados, que não são efetivos no Governo, e esse processo se dava mediante um cadastramento manual em que eram avaliadas as competências dos professores e feita a distribuição das aulas. Só que o melhor Secretário de Educação do Brasil, junto com a sua equipe, inovou e este ano fez pelo processo informatizado, utilizando a internet para esse cadastramento. Está aí a manchete, olha a inovação o que deu: “Confusão marca início das aulas em Campo Mourão”. Não só em Campo Mourão, mas no Paraná inteiro, em Goioerê, em Maringá e em Curitiba, segundo a Gazeta do Povo.

Essa inovação, que previa a Secretaria da Educação, ela excluiu - para o senhor ter uma noção, Deputado Marcelo Rangel - mais de 120 mil professores se inscreveram e se cadastraram nesse processo pela internet e apenas oito mil conseguiram a classificação. Porque o processo além de ficar mais difícil e mais burocratizado,

ainda foi pouco, segundo a reclamação dos professores - tenho suas cartas aqui - um deles direcionou ao núcleo, por causa de um pequeno erro. O descuido não é culpa dos professores, é da orientação de quem inovou esse sistema. Adotam um novo sistema e não oferecem um tratamento adequado, para que as pessoas possam se classificar. Está excluindo pessoas capacitadas.

Deputado Romanelli, o senhor que é um Deputado combatente, que defende o Governo nesta Casa, pode nos ajudar, para que o Governo reveja essa forma nova que ele colocou, para o cadastramento dos professores, para que eles não sejam excluídos. E com isso não tenhamos aulas paralisadas ou alteração de atividades, como a imprensa colocou. Está aqui o relatório, como disse o jornal da nossa região e também da Gazeta do Povo, que algumas salas de aula tiveram que fazer algumas alterações.

Estamos fazendo um alerta, aqui, ao Governo, para que possa rever esse procedimento, esse sistema e que atenda aos professores. Porque se imaginarmos a Secretaria de Educação, que vai orientar os professores, para poder oferecer uma condição aos alunos, se ela fizer uma trapalhada dessas, como vou acreditar no que os professores irão ensinar aos alunos?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero lhe fazer uma sugestão. Ouvi desde o início de sua fala, em relação à forma de convocação, em relação à inscrição dos professores, do Processo Seletivo Simplificado - PSS. Gostaria que V. Exa. pudesse formular um requerimento, com essas considerações e fundamentos expostos, para que pudéssemos aprovar e enviarmos, ainda hoje se possível, à Secretaria de Educação, para eventualmente fazer uma revisão do procedimento e se ele está promovendo algum tipo de exclusão, que possibilite uma ampliação da possibilidade de participação dos profissionais da área de educação, que desejam participar. Dizer a V. Exa. que sou favorável encaminhar e de fato encontrar uma solução, que não exclua, ao contrário, que inclua.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Romanelli, gostaria muito de fazer esse requerimento. Estou fazendo um pedido, porque é urgente. É para ontem isso. Temos que aprovar esse requerimento, aqui, o Secretário terá 30 dias para responder. O senhor sabe como funciona quando vai um requerimento de um Deputado de Oposição. Esses 30 dias se transformam em 90 dias. Tenho pressa nesse assunto. Estou fazendo o pedido abertamente para o Paraná, para que o Governo reveja.

Peço a V. Exa., tenho confiança na sua palavra, que ligará ao Secretário, que fará essa alteração, ajudando e beneficiando os professores do Paraná.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Não entendi qual a alteração que V. Exa. quer. Quero que V. Exa. formule por escrito.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Os núcleos estão recebendo várias cartas. É só atender as cartas dos professores. Porque se tivesse tudo às mil maravilhas dentro da Educação, não teríamos manchetes: "Confusão marca início das aulas em Campo Mourão, Goioerê, Maringá e Londrina."

Era isso Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PR/PRB/PV.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Noroeste, por 10 minutos.

***Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV:
Deputado Chico Noroeste***

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador Roberto Requião no mandato passado prometeu tornar a cidade de Foz do Iguaçu a mais segura do Brasil. Passaram-se os quatro anos do mandato anterior, passou-se mais um ano do atual mandato e a violência em Foz do Iguaçu continua gravíssima. A violência em Foz do Iguaçu continua gravíssima. A violência em Foz do Iguaçu continua de mal a pior. No item homicídio, segundo o mapa da violência dos municípios brasileiros, Foz do Iguaçu ficou com 98,7 de morte por 100 mil habitantes, ocupa o 5º lugar no ranking dos municípios brasileiros mais violentos do país. No mapa de 2004, Foz do Iguaçu ocupava a 11ª posição. Quase que dobrou, tornando a cidade de Foz do Iguaçu a 5ª cidade mais violenta do país.

Ainda no item homicídio, Foz do Iguaçu com 234 homicídios por grupo de 100 mil habitantes, é disparado a cidade mais violenta do país. Desse jeito, não pode continuar. Foz do Iguaçu, como todos nós sabemos, tem a sua principal atividade econômica calcada no turismo. E, certamente, a violência está afugentando os nossos turistas de todos os cantos do Brasil e também a nível internacional.

Penso que ainda é tempo e penso que o Governador Roberto Requião ainda tem tempo de cumprir a sua promessa feita para todos os iguaçuenses. E quero me colocar à disposição de todos os Deputados, governistas, quero ter o maior prazer de aprovar aqui nesta Casa de Leis ações que visam diminuir a violência do município de Foz do Iguaçu. Aliás, não somente estou pronto e à disposição para ajudar a aprovar ações que venham a diminuir a violência de Foz do Iguaçu, mas também de todo o estado do Paraná, porque a violência é muito preocupante em todo o estado. Também no item homicídio o Paraná ocupava, no ano de 2000, a 16ª posição. Agora ocupa o 9ª lugar no mapa da violência dos estados brasi-

leiros. Quer dizer que o estado do Paraná, dos 27 estados brasileiros é o 9º estado mais violento do país.

Concedo aparte ao Deputado Edson Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Deputado Chico Noroeste, além de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, quero também parabenizá-lo por notar que V. Exa. é um detentor com conhecimento muito grande da lamentável situação da Segurança Pública no município de Foz do Iguaçu.

E bem colocou V. Exa. que esse problema não é restrito à fronteira Brasil-Argentina-Foz do Iguaçu, mas um problema que tem se alastrado violentamente por todo estado. Em especial Foz do Iguaçu, que é o nosso cartão de visitas, onde internacionalmente faz com que o estado do Paraná seja conhecido. É uma das rotas de maior visitação no que diz respeito ao turismo internacional e V. Exa. traz à baila um assunto que poucos querem discutir. E se o fazem, nem sempre é com a profundidade que V. Exa. está trazendo à luz. E quero dizer, enquanto Parlamentar, enquanto membro do Bloco Independente, que V. Exa. pode contar com o meu apoio. Tenho certeza que vosso apelo ecoará para todos os Parlamentares, independentemente de quais sejam suas siglas, que o problema segurança não é apenas desse ou daquele partido, desse ou daquele Governo, mas é uma responsabilidade de todos nós de criarmos ferramentas que funcionem e ações eficazes para não apenas minimizarmos de pronto, a curto prazo, mas solucionarmos esse problema e Foz do Iguaçu voltar a ser conhecida por suas belezas naturais, pela hospitalidade do povo e tantas outras maravilhas, e não por ocupar as primeiras colocações no ranking da violência, da marginalidade e de tantas coisas ruins.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Apenas queria lhe cumprimentar pelo seu pronunciamento. Pronunciamento importante que V. Exa. chama a atenção para a questão da Segurança Pública no estado do Paraná.

O Paraná realmente precisa investir cada vez mais na Segurança. A região de Foz do Iguaçu, região de fronteira, é uma região realmente que nos preocupa, porque é ali que acaba entrando, vindo do Paraguai - e esta é uma preocupação do nosso candidato, Lino Oviedo, do Paraguai, no sentido de acabar, tentar diminuir essa entrada de armas, de drogas que vêm pelo Paraguai, pela fronteira com Foz do Iguaçu.

Então, V. Exa. sempre atento, preocupado nesta Casa, levanta esta questão e nos preocupa, porque a fronteira é um lugar muito perigoso e é preciso que haja sempre mais investimentos, principalmente do estado, para que haja mais tranquilidade da população da região de Foz do Iguaçu, e V. Exa. está de parabéns por, mais uma vez, se preocupar, defender os interesses do seu povo.

Parabéns e muito obrigado pelo aparte.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente é muito preocupante ver hoje nas manchetes dos jornais, de televisão, enfim, na mídia, Foz do Iguaçu ocupar esta posição no ranking dos municípios mais violentos do país.

Os senhores sabem que temos hoje 5 mil e 560 municípios brasileiros e neste item violência, com relação à população jovem, Foz do Iguaçu é a cidade mais violenta do país. Mas não se restringe somente à cidade de Foz do Iguaçu. Vem para o Paraná também. É muito preocupante a questão do aumento da violência no estado do Paraná.

Sei que todos os Deputados aqui são bem informados, sabem que o estado do Paraná é o mais violento do sul do país. É mais violento do que Santa Catarina, é mais violento do que o Rio Grande do Sul. Nos 27 estados brasileiros, somente oito estados brasileiros são mais violentos do que o estado do Paraná. Os demais estados, todos apresentam índice de criminalidade menor que o estado do Paraná. O índice de violência em todo o Brasil diminui. Diminui também abruptamente no estado de São Paulo, e aqui no estado do Paraná aumentam os índices de criminalidade de maneira espantosa.

Agora percebemos a maneira autêntica do Governador Roberto Requião, mas eu fico pensando: será que ele não está percebendo o desempenho da Secretaria da Segurança?

Será que ele não está percebendo que o estado do Paraná está se tornando mais violento a cada ano? Será que ele não está percebendo o péssimo - vamos dizer assim - o péssimo trabalho, incompetente trabalho do Secretário da Segurança, Sr. Luiz Fernando Delazari?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PP, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Realmente os números trazidos pelo Deputado Luiz Carlos Martins, nesta Sessão, são realmente preocupantes: 44 mortes por motivos violentos na grande Curitiba, no último final de semana.

Diariamente temos ouvido relatos de pessoas conhecidas, de pessoas amigas que foram assaltadas à mão armada, em Curitiba, que sofreram seqüestros relâmpagos. Temos ouvido notícias dos bairros de Curitiba, de menores de idade sendo assassinados por gangues de criminosos e de traficantes. A nossa cidade, que outrora já foi considerada uma das cidades mais tranquilas do Brasil para se viver, foi alvo de um artigo recente

do conceituado jornalista Gilberto Dimenstein, da Folha de São Paulo, onde ele escreveu: “Que pena de Curitiba” e lá relatou que a grande capital, que foi modelo de urbanismo para todo o Brasil, teve no feriado de carnaval 26 mortes por motivos violentos. Sendo que aqui em Curitiba, praticamente, o nosso carnaval não atrai pessoas de outras cidades, é um carnaval bastante restrito e bastante modesto em relação a esse evento em outras cidades do Brasil.

Mas, ao mesmo tempo em que existe o problema, existe luz no fim do túnel e é isso que o prefeito Beto Richa demonstrou, no dia de hoje, ao anunciar a participação da Prefeitura no combate ao crime e principalmente na prevenção ao uso e abuso de substâncias causadoras de dependência química, ao criar a Secretaria Especial Antidrogas.

Quero fazer aqui, Sr. Presidente, um agradecimento público ao Prefeito de Curitiba. No dia 25 de outubro de 2007 estive no gabinete do Prefeito e apresentei a ele, com toda humildade, esta sugestão. Fico feliz pelo fato de o Prefeito ter amadurecido a idéia, ter ido se informar com pessoas especializadas nessa área, como por exemplo, o grande Jurista, professor René Ariel Dotti, e ter colocado em prática, no dia de hoje, esta idéia da criação da Secretaria Especial Antidrogas que, evidentemente, irá trabalhar em parceria com a Procuradoria de Investigações Criminais, em parceria com a Polícia Militar do Paraná, com a Polícia Civil, com a Polícia Federal, com o Poder Judiciário e também com a Guarda Municipal, que é administrada com competência pelo nosso Coronel que faz um belo trabalho, o Coronel Itamar.

Acredito que a Prefeitura pode e deve ajudar no combate ao crime, embora a Segurança Pública seja dever constitucional do estado. A Prefeitura pode e deve ajudar na prevenção e é isso que vemos algumas prefeituras já fazendo, é o caso de São Paulo, onde a Prefeitura colocou monitoramento eletrônico em lugares de altos índices de violência. Acho que aqui, na “cracolândia” de Curitiba, ali nos arredores da catedral, podemos também colocar monitoramento eletrônico. A Prefeitura pode jogar duro contra os hotéis de alta rotatividade do centro, cassando alvará de funcionamento desses verdadeiros esconderijos de criminosos foragidos da justiça. A Prefeitura pode realizar programas trazendo os jovens que gastam seu tempo nas madrugadas se embriagando, pichando muros, para participar de programas de grafiteagem, para jogar basquete em ginásios, 24 horas, como já acontece em cidades evoluídas. A Prefeitura pode encarar esse problema, seriíssimo, que é o aumento do tráfico de entorpecentes de uma forma extremamente moderna, que é através da inserção social desses jovens adolescentes que estão à mercê da sociedade, sem acesso ao emprego e à educação.

É isso que o Prefeito de Curitiba vai fazer, na próxima quinta-feira, às 11h da manhã será empossado o Secretário Especial Antidrogas de Curitiba, Delegado

Fernando Francisquini. Delegado da Polícia Federal, o jovem que eu conheço desde sua adolescência, um rapaz sério, dinâmico, trabalhador, incorruptível, como aliás é a grande parte da nossa Polícia Federal. A Polícia Federal do nosso país e, principalmente, aqui, no nosso estado, é composta por homens que são verdadeiros idealistas, que arriscam a sua vida para passar o Brasil a limpo, que arriscam a sua vida nas fronteiras combatendo os contrabandistas de armas e de drogas, que arriscam a sua vida combatendo a corrupção e colocando criminosos do colarinho branco na cadeia.

O Prefeito Beto Richa foi buscar o Delegado Federal que estava em São Paulo, que prendeu o megatraficante internacional, Juan Carlos Abadia. O Prefeito trouxe para Curitiba esse Delegado Federal, para ser o seu Secretário Especial Antidrogas. Acredito que essa Secretaria irá funcionar, Pastor Edson. Acredito que essa Secretaria será um canal de aproximação da Prefeitura com toda a sociedade civil organizada, para que juntos possamos realizar atividades com intuito de prevenir o aumento da criminalidade, não apenas aqui na nossa Curitiba, mas em toda região metropolitana. Até porque, Sr. Presidente, é impossível imaginar o combate ao crime na capital, sem pensarmos na capital como um conjunto, sem pensarmos nas nossas cidades co-irmãs, que são as cidades da região metropolitana.

Ouçõ, com muito prazer, o aparte do Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Ney Leprevost, V. Exa. registra um, fato, na minha opinião, extremamente importante. Pesquisa sociológica diz que não há nada mais que desestruture uma família do que a falta do emprego e problema de doença no seu seio. Mas uma coisa que desestrutura a sociedade, é a falta de segurança. É a impossibilidade de ir e vir com tranquilidade. É a dificuldade que as famílias têm, muitas vezes, de colocar o seu filho na escola e deixar que seu filho vá até a escola ou vá até ao cinema, enfim, que circule. Isso acaba desestruturando a nossa sociedade.

Acho que o Prefeito Beto Richa, Deputado Ney Leprevost fez uma coisa extremamente importante: quebrou o tabu de que a Segurança é responsabilidade apenas e tão somente do estado. É, constitucionalmente é. Mas, é claro que uma Secretaria Especial Antidrogas pode ajudar e muito a operacionalizar políticas públicas, conjuntas, que possam melhorar a segurança da nossa população.

Acho que o pronunciamento de V. Exa. é oportuno. Quero parabenizar o Prefeito Beto Richa, porque ele, com a estrutura que tem como Prefeito Municipal, respondendo pela administração municipal, ajuda a achar mecanismos, a criar mecanismos para minimizar os problemas da Segurança Pública.

Obrigado pelo aparte. Parabéns a V. Exa. e parabéns ao Prefeito Beto Richa que, com extraordinária

competência, dirige o nosso querido município de Curitiba, a nossa capital.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Augustinho Zucchi, pelo seu brilhante aparte. Dizer claramente que seria muito fácil para o Prefeito lavar as mãos e afirmar: Olha, não tenho nada a ver com isto, a Constituição estabelece que Segurança Pública é dever do estado”. O Prefeito poderia se omitir, poderia se acovardar, mas não se acovardou e foi buscar um dos melhores Delegados da Polícia Federal deste país para auxiliá-lo nesta árdua tarefa.

Então, acredito que a Prefeitura dá um passo muito importante com esta decisão de criar a Secretaria Especial Antidrogas. Existem muitas idéias que vamos debater aqui e que eu quero apresentar ao Secretário, porque poderão ser colocadas em prática.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. disse no encerramento do seu pronunciamento tudo o que eu iria dizer. Cumprimento V. Exa. pela sugestão que levou ao Prefeito Beto Richa, que foi, sem sombra de dúvida, uma atitude que agradou a todos os curitibanos.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Muito obrigado, Deputado Rossoni, Líder do PSDB no estado do Paraná e Presidente do PSDB.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Só queria dizer que o senhor está coberto de razão e para lidar com Segurança o político tem que ter personalidade, pulso firme e extrema responsabilidade. O Prefeito está demonstrando isto, com suas atitudes. Nós, na região dos campos gerais, estamos passando pelos mesmos problemas já relatados pelos demais Parlamentares aqui na Assembléia Legislativa. Desde o ano passado, a Bancada da Oposição está cobrando do Governo mais investimento em efetivo, em aparelhos, em viaturas. No final do ano passado, conseguimos algumas autorizações, através da Assembléia Legislativa. Agora precisamos também cobrar esta responsabilidade do Poder Executivo Estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na semana passada aprovamos nesta Casa um voto de louvor pelos 50 anos do Hospital Nossa Senhora da Salete, de Cascavel. E por uma fatalidade o seu Diretor, Alan Brame Pinho, faleceu no dia de ontem, ao se deslocar de Aparecidinha até Cascavel, com sua moto. Perdeu-se no caminho, trombando em uma árvore

e perdeu a vida. Lamentavelmente, um garoto, Diretor do hospital, que estava fazendo uma grande administração, com apenas 25 anos. Portanto, metade da história do hospital perde a vida. Está sendo velado na Câmara Municipal de Cascavel e no final da tarde será sepultado no cemitério de Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, por 10 minutos, o Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não poderia deixar de opinar, também, em relação à questão levantada pelo nobre Deputado que me antecedeu, que em relação à violência - ele tem razão em falar - temos que agir também na prevenção, e não somente na repressão.

E neste caso acho que Curitiba deve investir em programas para a juventude, opções de esporte, lazer, entretenimento, para dar oportunidade de ocupação aos jovens, que muitas não têm em Curitiba. Curitiba tem que administrar mais para os bairros que estão mais afastados do centro da cidade, porque se a visão de Curitiba for muito direcionada ao centro, evidente as periferias vão ressurgir em forma de violência.

Acredito que esta opção levantada pelo Deputado Ney Leprevost é o caminho. Os municípios têm que esperar do estado ações enérgicas para reprimir a criminalidade. Mas tem que investir muito em prevenção, para dar oportunidade às populações, principalmente àquelas mais carentes, de oportunidades que muitas vezes ela não têm.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB) (Aparte)

Indo na mesma idéia de V. Exa., e do pronunciamento do Deputado Ney Leprevost, quero parabenizar o Deputado Beto Richa pela criação dessa Secretaria. Mas já quero, ao novo indicado, sugerir, em nome - tenho quase que certeza - desta Casa, para que feche todas as lojas de conveniência dos postos de gasolina em Curitiba, onde se reúne todo mundo para beber, sair “dando ferro”, e ali campeia o tráfico de drogas. E os bares de Curitiba? A madrugada? Tenho certeza que esse novo Secretário será consagrado nacionalmente, porque daí vamos prender todo mundo, botar na cadeia e acabar com o tráfico de drogas.

E como diz o Deputado Luiz Carlos Martins: quando se mata 30, 40 pessoas no final de semana, eu leio os jornais, sim, leio a Tribuna, leio a Gazeta do Povo e vejo que a metade é traficante de drogas, a metade é gente que faz o consumo, ou é gente apagando arquivo. Então, cada bandido que morre, quero lembrar o Deputado “Cadeia! “Bandido bom não existe, bandido bom é ban-

dido morto”. Cada marginal que morre, traficante de drogas, eu fico feliz. Quem bom se matassem 15, 20 por final de semana, traficante de drogas, não pais-de-família e gente responsável.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Obrigado, Deputado Anibelli, pelo seu aparte.

Quero também lamentar que o projeto de lei do transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana, lamentavelmente, teve os artigos vetados. Os artigos que previam o mínimo de participação da região metropolitana.

No ano passado, com o apoio desta Casa, realizamos um Fórum sobre transporte coletivo no município de Pinhais, com a participação das Deputadas que fazem parte da Comissão para Assuntos da Região Metropolitana, no sentido de sensibilizar a URBS e a Prefeitura de Curitiba da necessidade que os municípios da região metropolitana têm que ter uma participação mais efetiva na definição dos critérios de tarifa, de linha, enfim, poder opinar sobre o transporte coletivo que afeta os seus municípios. Fizemos diversas sugestões, e muitas delas inclusive, na opinião dos técnicos da URBS, eram convenientes de que os municípios deveriam ter uma maior participação, e hoje assistimos e a Câmara Municipal de Curitiba vai começar a discutir os vetos a partir desta semana, que o projeto ora lei já sancionada do transporte coletivo, infelizmente discriminou todos os municípios da região metropolitana.

Penso que isso não é bom nem para Curitiba e nem para a região metropolitana. Por quê? Porque Curitiba vai licitar as linhas da região metropolitana. Aí a competência do transporte intermunicipal é do Governo do Estado, mas é Curitiba que vai estar licitando, baseada em uma lei de Curitiba, que não tem poder sobre a região metropolitana, a não ser com anuência do Governador do Estado. E quando houver problema em relação ao Governo do Estado, entre a URBS e o Governo do Estado - porque não sabemos qual vai ser o Governador no próximo mandato, em 2010, ou em 2014 - se tiver um conflito entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba, hoje o Governador Requião tem colaborado, e muito, para que o transporte coletivo na região metropolitana melhore, mas esse projeto e uma licitação não vai ser para quatro, para oito, ou para doze anos: vai ser para 20, 25 anos.

Então, nem as próprias empresas vão ter a segurança de que aquela linha que ela ganhou na licitação vai poder operar durante o tempo de vigência do contrato. Por quê?

Vai ser algo precário. Do contrário, se tivéssemos um consórcio metropolitano do transporte coletivo, com a participação dos municípios que fazem parte da Rede Integrada de Transporte, teríamos algo muito mais transparente, algo de consenso, com a participação dos municípios, e que poderia dar muito mais segurança para as próprias empresas e transparência para a população, porque hoje, infelizmente, vamos continuar com o mesmo dilema, vamos continuar com pouca transparência, sem

saber quais os critérios para a composição da tarifa, quais os critérios para definição de linhas.

Tenho certeza que muitos Deputados que atuam na região metropolitana já tiveram problemas, ou para mudar um ponto de ônibus, ou para poder definir uma linha, porque nós, infelizmente, não temos condições de interferir numa empresa de Curitiba.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo, principalmente.

Precisamos dizer que de nada adianta uma legislação especificamente municipal, pensando no transporte apenas em Curitiba, porque a integração hoje funciona através de um contrato, um convênio entre o Governo do Estado e a URBS.

Creio que essa nova legislação deveria ser pensada de forma regional, estabelecendo não a URBS, que é uma empresa municipal, mas sim pensando na criação de uma empresa urbana metropolitana, com participação acionária dos municípios, do estado e de Curitiba, com vez e voz, tanto dos usuários, quanto dos Prefeitos.

Essa sua colocação é importante. Se não pensarmos juntos é trabalho e tempo perdido.

Muito obrigado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Deputado Strapasson, V. Exa. tem toda razão, pois V. Exa. atua na região metropolitana também.

Vejam aqui o artigo 3º que foi vetado. Ele previa o seguinte: *Para regulação do transporte coletivo de passageiros da rede integrada de transporte de Curitiba e Região Metropolitana, o poder público local deve instituir um ente regulador em consenso com os demais municípios da região metropolitana de Curitiba e o estado do Paraná.* Isso seria o conveniente, já estava na lei, mas foi vetada pelo Prefeito de Curitiba.

Tínhamos com essa lei de aprimorar minimamente o transporte coletivo, ou seja, o gerenciamento do transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana. Perdemos uma grande oportunidade. Quero destacar aqui uma recente pesquisa da CNTCensos, que constatou a aprovação de Lula a maior desde o início de seu mandato. E a aprovação de seu Governo é a maior desde 2003.

Estamos vendo que, apesar das críticas, o Governo Lula está muito bem aprovado pela população brasileira. É sinal que a população está sentindo que o Governo lhe favorece, principalmente aquela população que precisa de Governo. A população reconhece que no Brasil tem um bom Governo e um bom Presidente.

Muito obrigado!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Apenas para que se registre em ato o profundo pesar pelo falecimento do eminente homem público, o ex-Prefeito da cidade de Londrina, Sr. Wilson Moreira.

Também gostaria de parabenizar o Deputado Ribas Carli e a Deputada Cida Borghetti, que hoje aniversariam. Parabéns!

E anunciar para V. Exa. que colhemos aqui as assinaturas necessárias para uma emenda ao artigo 116 da Constituição do Paraná. É o artigo que rege o Ministério Público do Paraná. Diz que o Procurador-Geral de Justiça será nomeado através de lista tríplice.

Sabe-se que há uma eleição, que os Promotores de Justiça, votam, os Promotores de Justiça, votam. Se aprovada essa emenda, estaremos estabelecendo que o Governador nomeará quem vencer a eleição, quem for mais votado, quem tiver pelo menos 50% mais um dos votos. Acho que isso assegura total liberdade nas ações do Ministério Público do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, por 10 minutos, o Sr. Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado nosso colega Jonas Guimarães, que assume uma cadeira aqui na Assembléia e, com certeza, vai somar conosco. Seja bem-vindo, Deputado!

Sr. Presidente, quero registrar um fato ocorrido ontem na cidade de Foz do Iguaçu, no aeroporto internacional, um episódio cometido por um Delegado da Polícia Federal. Sei que a Polícia Federal, com certeza, como disse o Deputado Ney Leprevost, com o trabalho sério que faz neste Brasil, não concorda com isso, mas infelizmente o Delegado da Polícia Federal segurou o vôo da TAM, ontem, em Foz do Iguaçu, por 1h e 20min.

Às 16h, no vôo 1686, se não me engano, os 175 passageiros embarcaram, todos já haviam embarcado no vôo, e quando o piloto se preparava para decolar, recebeu ordem do Delegado da Polícia Federal para aguardar porque precisava viajar para uma Audiência em Brasília. Os passageiros impacientes foram saber o que estava acontecendo e relataram que o Delegado tinha cerca de 200 quilos de bagagem, vindo de Foz do Iguaçu, e ameaçou de prisão o Comandante da aeronave e a sua tripulação se não aguardassem o seu embarque. Somente às 17h20min, o Delegado embarcou no avião e foi vaiado vergonhosamente por todos os demais passageiros do avião da TAM.

É um episódio muito triste, e estou encaminhando um requerimento para a Polícia Federal e para todas as autoridades competentes de Brasília para que esse tipo de episódio não se repita mais, porque nem na época da ditadura militar, imagino, aconteceram episódios como esse. O Delegado não tem o direito de prejudicar as pessoas

que também têm compromisso só porque ele chegou atrasado ao aeroporto. Queria registrar nesta Casa e estou encaminhando um requerimento que dever ser destinado a Brasília.

Preciso comentar aqui, inclusive não tenho nem autorização do Governador Requião para comentar, e alguns Deputados da Bancada acharam que não merecia nem destacar por ser uma veiculação de algumas informações que saíram de uma crítica de um Senador do Paraguai. Imagino que não valha nem a pena comentar, mas da forma que foi colocado isso, e não sei como parte da imprensa deu destaque, conhecendo como conhecemos o Governador Requião, não podemos ficar calados. Conhecemos seu temperamento, muitas vezes as suas críticas, mas dizer que o Governador Requião é traficante de drogas, que faz contrabando de soja, não dá para ficar - conhecendo como conhecemos o Governador - sem fazer alguma coisa. É claro que o Governador vai processar o Senador paraguaio, mas não posso concordar.

Moro na fronteira, pouco conheço o Senador, mas para falar em drogas tem que primeiro olhar dentro da sua própria casa. Há poucos dias, a televisão estava mostrando o código de utilização de maconha no Paraguai e falar isso do nosso Governador que, com todo esforço, combate o tráfico de drogas no Paraná, não posso concordar, não posso ficar calado diante de uma irresponsabilidade como essa. Eu disse aos meus amigos, colegas, Deputados do PMDB, que não posso ficar calado, tenho que me manifestar, porque é uma ignorância enorme de uma autoridade quando faz esse tipo de afirmação. Imagino que o Governo irá tomar as providências.

Sr. Presidente, ouvi atentamente o discurso do meu colega e amigo Deputado Ademar Traiano, Líder do PSDB. Entendo o discurso do Deputado. Eu conheço bem e tenho um respeito enorme por V. Exa. Sempre disse que respeito muito a Oposição. Em um regime democrático, o equilíbrio de forças é importante. A Oposição tem o seu lado bom. Não posso deixar de discordar da forma como coloca o Deputado Ademar Traiano. Só falta dizer uma coisa: este ano tem eleição. É um discurso meramente politiquês e eleitoreiro. Não posso admitir isso. Respeito os discursos de crítica, com conteúdo, que são importantes. Temos que assisti-los e respeitá-los.

Dizer, apenas para rebater o Deputado Ademar Traiano, que é inédito no Paraná o 3º mandato de um Governador, que se chama Roberto Requião, eleito pelo povo do Paraná. Então, é claro que caem por terra essas afirmações.

Preciso discutir, Sr. Presidente e Deputado Augustinho Zucchi, o problema da Segurança. Não tenho tempo para isso. Volto nesta Casa a comentar sobre a Segurança. Dizia o Deputado Chico Noroeste, em Foz do Iguaçu: "Também estou preocupado. Tem explodido a violência."

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Pedir ao Deputado Anibelli para me dar um pouquinho do espaço da Liderança do Governo, para fazer o seguinte comentário: estou preocupadíssimo com a segurança em Foz do Iguaçu, no Paraná e no Brasil.

Não é apenas em Foz do Iguaçu, no Paraná, Deputado Chico Noroeste, é no Brasil. Disse bem o nobre Deputado Augustinho Zucchi. O grande problema, Deputado Beti, é a falência da estrutura familiar, a desestruturação das famílias. Noventa por cento de quem mata, que está com um revólver, uma arma na mão, é drogado. Eles que se matem entre si, mas matam muitos inocentes.

Em Foz do Iguaçu, Deputado Chico, as pessoas de bem, as famílias de bem vivem muito bem e tranquilas. Disse V. Exa. que precisa a Polícia Militar cuidar na fronteira, da entrada de drogas. É o Governo Federal, como disse aqui o Deputado Elio Rusch, que tem que fazer. Foz do Iguaçu não produz droga nenhuma e nem as armas que vêm do Paraguai e que entram pelo Brasil afora. Quem tem que fazer a segurança da fronteira é o Governo Federal, através da Polícia Federal ou da Segurança Nacional. Esse é o grande culpado.

Essa matança e essa desestrutura familiar estão ligados, principalmente, ao desemprego. Mas em um país, onde o BRADESCO e o Itaú, só dois bancos tiveram mais de 16 bilhões de lucro, é claro que quando tem alguém passando fome, alguém está tirando a comida deles. Vamos esperar o quê? Quanto tiveram de lucro os demais bancos no ano passado no Brasil? Está aí o povo desempregado, as famílias angustiadas, e vamos continuar vendo essa situação hoje.

Lamento que a minha cidade de Foz do Iguaçu esteja em manchete. Uma cidade que faz fronteira com o Paraguai, onde todo tipo de ilícito que se comete corre para lá. Há pressão enorme da entrada de droga do Paraguai para o Brasil. É lamentável isso. Com esse desemprego generalizado cria uma situação como essa.

Dizer rapidamente que o Governo do Estado está investindo muito na segurança de Foz do Iguaçu. Tem um pelotão de 70 policiais. Embora haja defasagem, o Governo está mantendo acima do efetivo de Foz, 70 policiais em Foz do Iguaçu, para tirar os marginais da rua. Vai colocar nos próximos dias de novo. O Governo está, sim, fazendo a sua parte, está preocupadíssimo com a situação do Brasil. Sabemos que está difícil, que o Governo Federal está preocupado, todos os Governos Estaduais, mas precisamos, na verdade, que esse Brasil mude a situação, para acabar com o desemprego e dar mais qualidade às famílias.

Quero voltar nesta tribuna, que na eleição passada, os Deputados lembram, o Deputado Reni Pereira, o Deputado Chico Noroeste, vieram anunciar a criação da chamada Frente Unida, ganhar a eleição dizendo que a Segurança em Foz do Iguaçu era por falta de ação do Prefeito, que eu assumi a Prefeitura, iam acabar com a Segu-

rança, seria o xerife da rua, e o xerife virou bandido. A Segurança perdeu o controle mesmo. Tem guarda municipal, mas infelizmente lamento que a Segurança em Foz está muito difícil, como está no Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra Deputado Valdir Rossoni, Liderança da Oposição, por 10 minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Deputada Cida, Srs. Deputados.

Ouvi aqui o pronunciamento do Deputado Dobrandino, nem vou entrar nesse assunto, Deputado Praczyk, mas a Segurança do nosso estado teria que começar pela demissão do Secretário, porque o Governo Requião está mais dedicando os seus esforços para combater as estatísticas do que combater o crime. Esta é a realidade. É uma guerra de informação. Foi o que disse o Deputado Luiz Carlos Martins, há pouco. A grande verdade, em toda essa história, é que se esse Governo fosse governado por uma pessoa que ouvisse, certamente seus aliados não precisariam ouvir a Oposição, certamente muitos dos aliados teriam a sugestão, como fez o Deputado Ney Leprevost ao Prefeito Beto Richa. Levou uma sugestão, o Prefeito Beto Richa acolheu, tomou a medida e quinta-feira será nomeado o Secretário para colaborar com a Segurança do nosso estado e da capital do estado, que lastimavelmente está nas estatísticas entre as cidades mais violentas do país. Quem imaginava isso há quatro anos atrás, que Curitiba chegaria nesse nível?

Mas, quero aproveitar a TV Assembléia, Presidente Augustinho Zucchi, para prestar uma informação: na última semana, o Governo vem sofrendo várias derrotas. Por quê? Vem sofrendo derrotas porque não escuta, não aceita sugestão. Eles são os donos da verdade. Não está aqui presente hoje o Parlamentar para se fazer justiça, que disse ao Governo que a lei de transformação do remanejamento dos cargos em comissão era inconstitucional - foi o Deputado Reni Pereira na CCJ. O Deputado Reni alertou o Governo, levou ao Líder do Governo a sua preocupação. Não foi ouvido. Aqui da tribuna, lembro como se fosse hoje, alertamos o Governo que era inconstitucional. O Governo não ouviu. O que aconteceu? Por unanimidade a lei foi derrubada e, graças a Deus, estamos protegidos da guloseima, da farra dos cargos públicos. Não assistiremos este capítulo, o capítulo aonde o Chefe da Casa Civil, que não aceitou os argumentos da Oposição, possa fazer uso da sua caneta e dizer: "Olha, o cargo da Secretaria da Educação vai ser transferido para a Casa Civil", ou "os cargos serão transformados de dois para 6 mil". Era um verdadeiro absurdo isto. Até estávamos dando uma sugestão, se por uma eventualidade essa ADIN, se não conseguíssemos essa ADIN, construir um

ginásio de esportes agora na reforma do Palácio Iguaçu, para que pudesse receber todos os servidores que foram transferidos para a Casa Civil. Foram extintos aqui vários órgãos do Governo, FUNDEPAR e esses cargos foram transferidos para onde? Todos para a Casa Civil.

Então, por esta razão, esta ADIN, por unanimidade, que estávamos aguardando, deu resultado. Está encerrado este capítulo. Acho que o Governo, pela sua resposta, não terá nem coragem de recorrer, ele sabe que será derrotado novamente.

Então, quero cumprimentar os Deputados que subscreveram esta ação e resguardaram os interesses dos paranaenses.

Não é possível que os cargos em comissão pudessem ser transferidos, remanejados, e o pior de tudo isto, é importante esclarecer, ser didático, poderia pegar três cargos de 2 mil e transformar num de 6 mil pelo bel-prazer do Governador ou pegar um de 6 mil e transformar em seis cargos de R\$ 1.000. Isto não é mais possível e esta vitória, digo aos Srs. Parlamentares do Bloco Independente e da Oposição, foi pela persistência dos Srs. Parlamentares. Esta vitória que traz e que demonstra ao Governo do Paraná que a Oposição está vigilante.

Era para ter sido julgada, Deputado Bertoldi, na última sexta-feira, e aí eu me reporto ao Presidente da Casa, a ADIN do IPVA, aonde interpretamos que o Governo não respeitou o princípio da noventena. É uma questão. Agora, o que eu alerto à população que está assistindo a TV Assembleia, se você for pagar o IPVA, pague parcelado, apesar das dificuldades de pagar parcelado que estamos tendo. Não pague à vista, porque se você pagar à vista, se vencermos no Supremo, conseguimos a nossa ADIN, o Governo terá que devolver aos contribuintes paranaenses, 10% do IPVA que foi aumentado de forma indireta. Esta é a ação que colocamos no Supremo e esperamos esta decisão nos próximos dias.

Esperamos que a Assembleia seja ágil, porque quanto mais ágil a Assembleia for na resposta ao Ministro do Supremo, melhor, porque não tenho dúvida, se ganharmos, causará um grande problema para o Governo, porque novamente o Governo não quis respeitar o que diz a lei. A lei diz que qualquer mudança em impostos tem que se respeitar o princípio da noventena e só poderia começar a ser cobrado o IPVA a partir do mês de março, mas infelizmente o Governo iniciou a sua cobrança a partir do mês de janeiro.

Com o aparte o Deputado Bertoldi.

O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas)

Em primeiro lugar, Deputado Rossoni, parabenizá-lo pela sua explanação, até porque, Deputado, existe uma grande diferença entre o Direito Público e o Direito Privado. No Direito Privado, aquilo que não está na lei é possível, em tese. No Direito Público, só se pode fazer aquilo que está na lei. Então, acho que é louvável a ADIN do IPVA, como foi louvável a ADIN dos cargos que, com

tudo isso, prova que a Oposição está fazendo seu papel aqui nesta Casa, de fiscalizador do dinheiro público.

No que diz respeito ao início da sua explanação, no sentido da violência que hoje Curitiba está vivendo, é uma verdadeira barbaridade! Curitiba teve um crescimento, nos últimos cinco anos, de quase 54% do índice de homicídios, e o que mais me deixa estarecido é que o Governo do Estado questiona, através do Secretário da Segurança Pública, os índices de um estudo internacional isento, apartidário, apolítico, que quer mostrar só uma coisa: o mapa do crime. Não dá para discutir política quando se fala de vidas.

Vejo que cada um tem que fazer a sua parte. O Prefeito Beto Richa tem que fazer a sua parte, como está fazendo, na criação dessa Secretaria, que acho que é louvável a atitude do nosso Prefeito, mas também acho que não se vai conseguir vencer o crime com uma única ação. É um conjunto de ações, que passa pelo desenvolvimento econômico, por ocupação dos jovens, passa pelo combate à criminalidade e acho que quando uma das partes, quando o estado não faz a sua parte, infelizmente as prefeituras locais vêm, cada vez mais, tentando cobrir esse buraco através das Guardas Municipais, através dos monitoramentos eletrônicos, através de tudo que é possível, mas não se pode esquecer que é obrigação do estado a questão da Segurança Pública.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado, Deputado Bertoldi.

Deputado Romanelli, gostaria de merecer a sua atenção porque tenho apenas 50 segundos para concluir o meu pronunciamento. Gostaria de saber, e V. Exa. é um Jurista e sabe que a Constituição reza que as informações aprovadas por esta Casa têm 30 dias para serem informadas. V. Exa. concorda? V. Exa. sabe que dia foi aprovado o requerimento das informações das ONGs aqui nesta Casa? Não está recordado, nem tem obrigação de recordar, mas eu alimento a sua mente: dia 14 de agosto, 14 de setembro, 14 de outubro, novembro, dezembro, janeiro e 14 de fevereiro. Seis meses, 180 dias e o Governo não comparece com as informações!

Imagine o que o cidadão que está lá do outro lado da TV Assembleia está dizendo: “Que Governo é esse que tem que prestar, constitucionalmente, em 30 dias as informações? Faz 180 dias e não dá o ar da graça para que os Deputados possam fiscalizar o Governo?” Espero que V. Exa., ao receber a data de 14 de agosto, que teria 30 dias para prestar as informações à Oposição, desse uma grande demonstração à Oposição e aos Parlamentares desta Casa e que na semana que vem V. Exa. trouxesse essas informações que são importantíssimas, porque temos denúncias gravíssimas quanto à questão das ONGs, mas não recebemos as informações e não podemos chegar a uma conclusão.

Obrigada pela atenção de V. Exa. e agradeço ao Presidente, que me cedeu mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar, uma vez que foi mencionado em alguns pronunciamentos, a figura do Parlamentar Reni Pereira. Ele está ausente porque está acompanhando o seu filho em uma cirurgia. Mas amanhã ele estará aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente justificado por V. Exa., a ausência do nosso colega o Deputado Reni Pereira.

Com a palavra o Deputado Romanelli, por 10 minutos, no horário da Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ouvi nesta Casa, hoje, um verdadeiro pout-pourri de críticas, afirmações injuriosas, levianas e entremeadas por pronunciamentos razoáveis, inclusive da própria Oposição.

Mas, tenho que reconhecer que o que está acontecendo no estado do Paraná e que ficou flagrante na entrevista do Senador paraguaio Juan Carlos Guerra-verna, na rádio Band News, na última semana, é que nos dois últimos anos a notícia tem sido uma ferramenta para assassinar a reputação do Governador Requião. A verdade é que esse método tem sido aplicado desde a última eleição, quando de todas as formas se procurou desconstruir a imagem do Governador Roberto Requião.

O Requião foi eleito para um 3º mandato, inédito na nossa história. Por que foi eleito? Porque sempre manteve políticas públicas no seu Governo, o nosso Governo voltado a atender a maioria da população, a população mais pobre, mais necessitada.

Por isso que o Governador Requião foi reeleito. Aliás, até uma notícia aqui para os neoliberais que sofrem tanto com o sucesso do Governo Lula.

Recebi um torpedinho no meu telefone, agora, pesquisa da CNT Censos: “Avaliação do Governo do Presidente Lula, 52.7% A melhor avaliação dele desde janeiro de 2003”. Dele, pessoalmente, o Presidente Lula, 66.8% de aprovação desde dezembro de 2003. A melhor avaliação do Presidente Lula. Isso deve doer muito na Oposição desta Casa, na Oposição nacional e na imprensa, pelo menos em alguns setores da imprensa, que querem linchar o Presidente Lula.

A verdade é como dizia a pensadora: “Pensar é transgredir.” Governos que transgridem o *status quo*, com o estado que sempre serviu as elites. Quem disse isso?

Fugo. Não sou eu: “As políticas voltadas a servir as minorias e não as maiorias.”

Por isso, quero dizer que quando ouço a Oposição falando daquela tribuna, como vi hoje o Deputado Ademar Traiano com um discurso agressivo, raivoso, que deve ter sido escrito de próprio punho, pelo ex-Governador Jaime Lerner, por conta das afirmações que ali fazia, até porque o linguajar não é do Deputado Ademar Traiano, é um outro linguajar, muito parecido com a do ex-Governador. Mas o fato que há evidentemente por parte da Oposição, uma manipulação em relação a dados estatísticos em relação ao que está acontecendo no nosso estado, na própria entrevista do Senador paraguaio, manipulado, que concedeu uma entrevista. E reconheçamos aqui, independente da nossa posição nesta Casa, se somos Oposição ou Situação, reconheçamos, vir um Senador numa rádio privada, que pertence a um poderoso empresário, que tem tido interesses contrariados de fazer um ataque pessoal, injurioso, difamante, calunioso, que nem os mais duros adversários que o Governador Roberto Requião ousaram fazer...

Quero dizer que é muito grave o que está acontecendo no Paraná. O Governador Roberto Requião vive numa espécie de cerco montado, vive sob censura, multado. Eu sei, Deputado Rossoni, V. Exa. sorri quando eu falo que o Governador vive sob censura, mas, proibido de criticar os adversários, de exercer o direito de liberdade de manifestação do seu pensamento e de expressão.

Sinceramente, quero dizer a V. Exas. que tenho o maior respeito, mas nós temos aqui verdadeiros capadócios. Temos mandaletes da ignorância, que se articulam para poder, de fato, prevalecer os interesses das elites. Temos que ter a coragem de denunciar o que está acontecendo, porque o que está acontecendo é muito grave! E nós, Deputados, imprensa, jornalistas, o Judiciário, a opinião pública, setores organizados da nossa sociedade, os sindicatos, os movimentos sociais, os estudantes, temos que reconhecer que o momento que estamos vivendo é um momento de reflexão.

Quando recebi, hoje, por exemplo, amanhã vamos assinar na Escola de Governo, com a Presidenta da Caixa Econômica Federal, a liberação de 11 milhões de recursos do Governo Federal para obras de água e esgoto, em 14 municípios paranaenses, dentro do PAC, saneamento. Veio aqui a Maria Fernanda, funcionária de carreira daquela instituição. Além disso, estaremos assinando mais a liberação de 13 milhões e 395 mil da SEDU, para 24 municípios do Paraná para obras de infra-estrutura urbana, aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários. Além, é claro, como já anunciou o Deputado Edson Strapasson, dos 52 milhões liberados para o Programa de Integração do Transporte da nossa região. Reconheçamos, inclusive, obras de planejamento que o Deputado Strapasson fez na época da Secretaria Especial da Região Metropolitana.

Por isso, quero dizer que é o momento que estamos vivendo, em que a Bancada da Situação desta Casa, com-

posta de Parlamentares desde o PMN, Dr. Batista, os Parlamentares do PSDB que nos apóiam nesta Casa, Parlamentares do Bloco Independente, que muitas vezes fazem uma reflexão sobre determinados projetos, isto é muito interessante. Os Deputados, os Democratas, alguns são Oposição radical e outros têm posições, na minha avaliação, muito inteligentes, como o Deputado Bertoldi, que ainda há pouco falou sobre as raízes da violência, porque se a Polícia resolvesse o problema da violência - reconheçamos aqui - Tropa de Elite acabava com o problema da violência no Rio de Janeiro em dois dias! Reconheçamos que a questão da violência é endêmica, é social, é grave e é fruto de uma sociedade profundamente desigual que temos em nosso país.

Mas eu queria terminar, Sr. Presidente, com um poema, um verso, que é conhecido por todos creio eu, mas eu não posso deixar de dizê-lo neste momento, de um poeta russo, Mayakovsky: “Na primeira noite eles se aproximam e colhem uma flor do nosso jardim e não dizemos nada; na segunda noite, já não se escondem, pisam às flores, matam o nosso cão e não dizemos nada; até que um dia, o mais frágil deles, entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua, e conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Deputado Romanelli é o último orador inscrito no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Alexandre Curi, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido. Protocole-se. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa para providências.**

Ofício nº 040/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, encaminhando atestados médicos necessários para o setor competente, desta Casa de Leis proceda à justificativa das suas ausências nas Sessões Plenárias. **À Diretoria Legislativa para providências.**

Expediente subscrito pelos Deputados Jocelito Canto, Carlos Simões, Fábio Camargo e Chico Noroeste, constante do expediente, comunicando que a partir desta data, formam nesta Casa de Leis, o Bloco Parlamentar

PTB/PR e que o Deputado Jocelito Canto é que responderá pela Liderança do mesmo. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Expediente subscrito pelo Sr. Otássio Pereira, Presidente Estadual do Partido Nacional Evangélico, solicitando as instalações do Plenarinho desta Casa de Leis, para a posse das comissões provisórias, estadual e municipal, no dia 03 de abril do corrente ano, às 16h. **À Comissão Executiva.**

Ato de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, considerando o infausto passamento, do Deputado Alexandre Ceranto, ocorrido no último sábado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 015/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a divulgação em tempo real dos dados do monitoramento da qualidade do ar da região metropolitana de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 016/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a criação do Colégio Estadual Agroflorestal Professor Lídio Samaniotto no município de Santa Helena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 017/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que construam um redutor de velocidade na PR-437, na altura do Km-01, no município de Primeiro de Maio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 018/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que executem obras de reparo e de melhorias no Hospital Municipal de Primeiro de Maio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 019/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a estadualização do Hospital Municipal Lauro Macedo Sobrinho, situado no município de Centenário do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de resolução, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Stephanes Júnior e Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 127, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, justificando a ausência do Deputado Duílio Genari, na Sessão do dia 18 de fevereiro, por motivo de compromissos parlamentares previamente agendados em sua região de atuação. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 163-A, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo, nos dias 20 e 21 de fevereiro, na reunião na Superintendência da Polícia Federal em Brasília-DF. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 581/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que cria o Programa Estadual de Estágio Educacional de Trabalho para Educandos das Escolas Especiais do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/07, de 13/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 659/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui a obrigatoriedade no ato da edição e da publicação de leis a contar o nome do autor ou dos autores dos respectivos projetos de lei. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/07, de 10/09/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 721/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Programa Paraná Limpo, para ser desenvolvido em todo o território do estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 788/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que denomina a rodovia estadual PR-411, localizada entre Morretes e São João da Graciosa, como Rodovia Mário Marcondes Lobo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 788/07 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada a rodovia estadual PR-411, localizada entre Morretes e São João da Graciosa, como Rodovia Mário Marcondes Lobo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.02.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 796/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a reverter mediante doação o imóvel que especifica, ao município de Chopinzinho. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 796/07 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a reverter, mediante doação ao município de Chopinzinho, o terreno com área de 2.004,42 m2, matriculado do Registro de Imóveis sob nº 18774, que foi doado ao estado do Paraná pela Lei nº 1557/98 de 14/10/98, com o objetivo que o mesmo fosse aproveitado para a construção da sede do 3º Pelotão da Polícia Militar, sendo que até a presente data o imóvel continua sem qualquer edificação ou utilização.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Chopinzinho para implantação de projetos diversos à geração de empregos e renda à população.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.02.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado, e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. CSP e CS. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 797/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/08, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o funcionamento do painel eletrônico nas reuniões plenárias da Assembléia Legislativa.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/08**

Emenda ao Projeto de Resolução nº 003/08, de autoria da Comissão Executiva que dispõe sobre o funcionamento do painel eletrônico nas reuniões plenárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se o inciso II do artigo 5º, ficando da seguinte forma:

Art. 5º (...)

I - (...)

II - por deliberação do Plenário, a requerimento, por escrito, de qualquer Deputado.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(aa) CLEITON KIELSE, BETI PAVIN, DOBRANDINO DA SILVA, OSMAR BERTOLDI e 01 ilegível

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda pretende manter a atual prerrogativa Parlamentar de requerer a votação nominal

Encaminha-se o projeto à Comissão Executiva para parecer.

1ª Discussão**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que encaminha a prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.02.08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Ribas Carli Filho e Plauto Miró.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 002/08**

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2008, regulamentado pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o parecer favorável.

Assim sendo, entende este Relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável, aprovado.

Sala das Comissões, em 13.02.08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 132, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Apenas para dizer que recebemos uma informação de um conceituado meio de comunicação de Ponta Grossa, que a COPEL teria locado um imóvel na entrada da cidade de Ponta Grossa, e que esse imóvel estaria há um ano parado. A COPEL não utilizou em momento algum, pagava 7 mil de aluguel e este imóvel, depois de um ano, ainda sem uso, agora teria sido renovado o contrato por mais um ano e o valor desse aluguel teria dobrado de preço, sendo R\$ 15 mil a partir desse novo contrato.

Deputado Romanelli, acho que o Governador não sabe disso e tenho por dever buscar essas informações para ver se são verdadeiras. Já tivemos uma informação de um meio de comunicação que parece proceder, só queremos saber qual é o motivo que faz com que a COPEL, primeiro, alugue um imóvel que não está usando e, segundo, como é que se consegue alugar um imóvel que antes custava R\$ 7 mil e, agora, dobra de preço. É, realmente, preocupante essa questão. Por isso, peço informação e gostaria que o nosso ilustre Deputado Romanelli assim permitisse que os Deputados votassem favorável para tirarmos a dúvida, porque acho que algo está errado.

Vamos só tirar a dúvida. Se for correta a informação, precisa saber porquê ocorreu isso. Às vezes, um imóvel pode demorar um período de seis, sete meses para ser colocado em funcionamento, agora, o que me preocupa é o fato de ter dobrado o preço de um imóvel que não estava sendo usado. Quem foi beneficiado?

É isso, Sr. Presidente. Peço apoio dos demais companheiros.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, entendo que a COPEL tem uma direção extremamente responsável e, certamente, essas informações vão esclarecer esse tema e vamos verificar que o investimento é feito em favor do interesse público.

Agora, penso que o requerimento tem todas as condições de ser aprovado por esta Casa e encaminhamos favoravelmente à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação. Deputados favoráveis permanecem como estão. **Está devidamente aprovado.**

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero comunicar a presença entre nós do Prefeito de Cruzmaltina, Maurício Bueno. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente comunicado.

Agradecemos a presença de todas as autoridades presentes nesta Sessão.

Requerimento nº 120, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 121, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 122 a 125, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 126, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 130, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 131, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 133, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 134 a 137 e 145, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 139, 141 e 142, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 140, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 146, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 147 e 162, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 151, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 152, de autoria do Deputado Mil-tinho Pupio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 154, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 156, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 157 e 158, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 159, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para informar aos Deputados que compõem a Bancada de apoio ao Governo, certamente o Deputado Valdir Rossoni fará também este comunicado, que entendemos que as comunicações sobre presenças

de autoridades, delegações e lideranças, nesta Casa, serão feitas pela Mesa e o Parlamentar deverá, por escrito, relacionar as pessoas e encaminhar à Mesa Diretora dos trabalhos. Então, em função do acordo de lideranças que houve, certamente não pude informar aos Srs. Parlamentares sobre esse tema, mas faço isso agora, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Procede a questão de ordem levantada por V. Exa. e comunicamos a todos os Parlamentares que as presenças serão devidamente comunicadas pela Mesa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero registrar que apresentei um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Alexandre Ceranto, em homenagem ao nosso querido Deputado e Secretário do Trabalho Nelson Garcia, em nome de todos os Deputados. V. Exa. deve ter aprovado, mas só quero dar conhecimento que esta Casa prestou homenagem ao nosso ex-colega.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Inclusive, Deputado Anibelli, por proposição da Mesa Executiva, foi decretado luto oficial.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, gostaria de fazer esta questão de ordem ao Presidente Nelson Justus, mas como ele está ausente, que V. Exa. transmitisse a minha questão de ordem.

O que estranho é essa boa vontade do Líder do Governo. Há pouco aprovamos um requerimento do ilustre Parlamentar Jocelito, onde ele pede informações. Vi uma extrema boa vontade do Líder em prestar essas informações.

Sr. Presidente, cada vez que estou colocando uma questão de ordem, o Deputado Romanelli tem por costume, educadamente, interromper a minha fala. Deputado Augustinho Zucchi, vejo um tratamento diferenciado, porque se aprova um requerimento - é lógico que é papel do Parlamentar fiscalizar o Governo com boa vontade. Temos um requerimento, Deputado Augustinho Zucchi, aprovado em 18 de agosto, que fala das ONGs, onde gastamos mais de 500 milhões.

Queremos as informações detalhadas. Estamos aguardando 180 dias com toda a boa vontade. É uma questão de ordem que faço a V. Exa. Dirijo-me a V. Exa. para que consulte o Presidente, porque o Governo está incorrendo em crime de responsabilidade. Ele tem 30 dias para prestar essas informações, mas não presta. Não sei qual é o problema. Certamente, tenho muitas informações que poderiam justificar.

Fiz essa questão de ordem no encerramento dos trabalhos do ano passado e estou fazendo novamente. Senão o que vai acontecer, até nos tornando chatos? Teremos que nos socorrer novamente na Justiça, e vamos ganhar na Justiça essas informações. Aí, o Governo se revolta. Eu não gostaria que o Governo se revoltasse. Gostaria que o Governo fosse transparente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Tem razão V. Exa. na questão de ordem. Apenas lembrando, aqui, que é uma norma constitucional, que é dever da direção da Casa. A Mesa Executiva deverá tomar as providências. Comprometo-me a levar a questão de ordem encaminhada por V. Exa., amanhã, na reunião da Mesa Executiva, para que sejam tomadas as providências necessárias.

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, de certa forma estou satisfeito com a sua afirmação, porque o Deputado Rossoni, ainda no horário da Liderança da Oposição, ia falar sobre esse tema. Retornou agora em uma questão de ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, qual é a questão de ordem do Deputado Romanelli?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Só um minuto, Deputado Rossoni. Deputado Romanelli, já respondi a questão de ordem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

A questão de ordem é que esta Casa tem uma Mesa Diretora, que foi eleita por todos os Parlamentares. Ela tem que, regimentalmente, cumprir as suas obrigações. Entre elas está encaminhar os pedidos de informação aprovados pelo Plenário e tomar as medidas necessárias, quando não respondidas em tempo hábil. O que quero é que a Mesa cumpra com a sua formalidade, porque senão tenho que ficar ouvindo o Deputado Rossoni fazendo cobranças públicas, como se eu estivesse negando informações aqui. Aprovei o requerimento, justamente, no sentido em que preste as informações,

embora tenhamos aqui demonstrado que o dinheiro que ele está falando para as ONGs é aquele famoso dinheiro que é para financiar o funcionamento das APAEs. O Deputado Rossoni quer manipular a opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos encaminhar a questão de ordem do Deputado Valdir Rossoni, que é procedente. Vamos encaminhar amanhã à Mesa Executiva.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, dizer a V. Exa. e ao Deputado Romanelli que fiz uma questão de ordem e não estou aqui para receber esse tom professoral do Deputado Romanelli, quando diz que a presidência tem que cumprir a Constituição. O Deputado Romanelli está preocupado com o dinheiro das APAEs. Não é das APAEs, nem dos irmãos. É o dinheiro que foi aplicado nas ONGs do estado do Paraná - mais de 500 milhões - e tenho o direito de saber para quem foi, qual a localização, qual o CNPJ, e vou proceder à investigação. Depois vou dar o nosso parecer. Os Deputados da Oposição farão isso.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, primeiro o Deputado Elio Rusch, mas se não for questão de ordem a Mesa não vai conceder a palavra.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Gostaria de, neste momento, fazer uma homenagem à nossa querida Deputada Cida Borghetti. A Cida Borghetti, que conheci há muitos anos, conheço desde a época que seu marido Ricardo era Prefeito da cidade de Maringá. A Cida, desde aquela época, veio para a minha cidade Marechal Cândido Rondon, conquistou a confiança de toda nossa família e hoje comemora o seu aniversário com todos nós Parlamentares.

Nada mais correto que encerrarmos esta Sessão homenageando esta Deputada extraordinária que representa não só Maringá, mas o Paraná inteiro com muita competência. Que Deus continue iluminando a sua vida, que tenha sucesso e felicidade.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Parabéns à Deputada Cida.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Tínhamos feito o compromisso de entregar hoje o pedido e fazer a inscrição também, o pedido da CPI sobre as questões das ações do Itaú. Fizemos um acordo de lideranças, vamos colher novas assinaturas do encaminhamento técnico das informações que já colhemos nesses últimos três dias, que nos impressionaram. Passa de R\$ 2 bilhões o furo que imaginávamos ser de 900. Mas, amanhã voltamos com o tema.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 551 e 797/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 669 e 753/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 050 e 121/07.

Levanta-se a Sessão:

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 014/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob nº 0736, datado de quatorze de fevereiro de dois mil e oito, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, Guilherme de Camargo Vasconcellos, matrícula nº 4686, para permanecer prestando serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas

Fabício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Stephanes Júnior, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se ao expediente: na ata da reunião ordinária do dia 17/12/07, leia-se 17ª Reunião Extraordinária. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 514/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabício à emenda oferecida pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, na forma da sub-emenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Mauro Moraes apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 825/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 825/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins solicita a palavra para lembrar que na última reunião desta Comissão em 2007 o Sr. Deputado Mauro Moraes apresentou requerimento solicitando que esta Comissão realizasse uma Audiência Pública com relação a esta matéria e que naquele momento foi encerrada a reunião sem que fosse colocado o requerimento em votação. O Sr. Presidente então coloca em votação o requerimento do Deputado Mauro Moraes - APROVADO. O Sr. Presidente estabelece o horário de 10h na próxima terça-feira para a realização de Audiência Pública, após consultar os Srs. Deputados presentes; 03) Projeto de Lei nº 597/07 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabício - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 658/07 de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rosane Ferreira. O Sr. Deputado Douglas Fabício SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 773/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 799/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabício - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 824/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabício - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 830/07 de autoria do Deputado Mamede. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 831/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Mauro Moraes, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Administração - DEFERIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 832/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 11) Projeto de Lei nº 834/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 835/07, de

autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 836/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera dispositivos da Lei nº 13228/01. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Especial de Reforma à Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO Nº 088/07

P A R E C E R :

Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que visa alterar a redação do parágrafo 5º do artigo 35 da Carta Constitucional paranaense. A reforma constitucional proposta visa alterar artigo constitucional pertencente ao capítulo “Dos Servidores Públicos Cíveis”. O artigo 35 trata do sistema previdenciário dos servidores públicos cíveis do estado e dos municípios, seja da administração direta, autárquica ou fundacional.

Especialmente o parágrafo 5º, ora em reforma, trata da aposentadoria especial para as funções de magistério, seguindo *ipsis literis* o parágrafo 8º do artigo 201 e o parágrafo 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil. Todos os parágrafos citados afirmam que os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos para “o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio”.

A pretensão da reforma ora proposta é garantir explicitamente que, além do exercício de docência, incluam-se os exercícios de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, no benefício proposto pelo parágrafo 5º do artigo 35 da Constituição Estadual.

A Emenda Constitucional proposta pelos Srs. Deputados signatários vem trazer a esfera constitucional garantia jurídica determinada pelo legislador federal por meio da Lei nº 11301 de 10/05/06. Expandindo, assim, a aposentadoria especial para professores que exerçam funções de direção de unidade escolar, coordenação e assessoramento pedagógico.

I - Preliminarmente

A presente Proposta de Emenda Constitucional preenche os critérios formais para sua validação. Cumprindo, assim, as exigências do artigo 64 da Constituição Estadual, inciso I, garantindo a legitimidade de sua apresentação, já que possui 1/3 dos membros do parlamento estadual como signatários.

Ainda prevê a Constituição Federal que caberá aos estados membros disciplinarem e organizarem seu território, serviços públicos e servidores públicos por meio de suas Constituições, leis complementares e ordinárias. Assim a presente proposta vem amparada sob o aspecto formal, e vem disciplinar matéria de competência estadual.

Há que se ressaltar ainda que uma futura alegação de vício de origem baseada no artigo 66, inciso II da Constituição Estadual não merece atenção. Isto pois o artigo 66 está inserido no capítulo que disciplina as “leis”, e não às emendas constitucionais; este disciplinado em capítulo anterior. Deve-se entender que o Parlamentar quando assume posição de constituinte, como no presente caso, não sofre as limitações previstas no artigo 66 que disciplina as leis que devem ser de iniciativa privativa do Governador.

A limitação das reformas constitucionais e da iniciativa dessas proposições são as estabelecidas nos artigos 21 a 25 da Carta Magna Federal. A presente reforma, como já demonstrado, não se enquadra nessas limitações, sendo plenamente competente os Parlamentares Estaduais para tratar o tema na esfera constitucional.

Comprovado a legitimidade e a competência dos Parlamentares Estaduais disciplinarem o regime jurídico dos servidores públicos estaduais e municipais, bem como de seu regime previdenciário em esfera constitucional, e o cumprimento de todas as formalidades constitucionais para a presente reforma pode-se passar à análise da proposta de emenda constitucional quanto ao seu mérito.

II - Da previdência dos servidores públicos civis

A preocupação com a seguridade social e dentro desse tema da previdência social teve como marco inicial o Chanceler Prussiano Otto Von Bismark no ano de 1883 quando instaurou o plano de previdência para acidentes de trabalho, é bem verdade que outras normativas antecedem essa legislação, mas não alcançaram a amplitude do Chanceler.

As sociedades e os estados começaram a legislar sobre o assunto ao mesmo tempo em que o mundo começou a se urbanizar. Com a complexidade da vida moderna os estados foram compelidos a buscarem soluções sociais que garantissem aos seus cidadãos condições minimamente dignas quando por tempo de serviço, idade ou por deficiência em suas saúdes não pudessem mais exercer sua atividade laborativa.

Em nossa pátria a previdência social tem seu marco legal a Lei nº 3397 de 24/11/1888, lei que criara a Caixa de Socorros para os trabalhadores das estradas de ferro. Logo após a primeira Constituição Republicana (1891) passa a prever a aposentadoria dos servidores públicos federais. Após inúmeros outros dispositivos legais e constitucionais foram ampliando a proteção do estado aos seus cidadãos por meio da previdência social.

III - Da aposentadoria especial para as funções de magistério

Na esteira das evoluções e da garantia de que alguns trabalhos são mais penosos ou merecem uma atenção especial para proteger a integridade física e mental dos cidadãos, a Constituição Democrática de 1988 vem garantir que os professores nas funções do magistério tenham uma aposentadoria por idade ou por tempo de serviço reduzidas em cinco anos em relação aos demais trabalhadores.

O constituinte federal ao trazer a expressão “professores no exercício das atividades de magistério” certamente quis garantir que não só a docência, mas outras tarefas dos professores fossem albergadas na aposentadoria especial por ele criada no artigo 40, parágrafo 5º.

Nesse mesmo sentido o legislador federal ao instituir a Lei de diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9394/96) demonstra com clareza que a docência é apenas um dos exercícios do magistério, como se pode observar no artigo 67, parágrafo único:

“Art. 67

Parágrafo Único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, ...” (grifou-se)

Entretanto o Supremo Tribunal Federal por entender que benefícios especiais devem sempre ter uma interpretação restritiva, e por ter a Lei Federal nº 9394/96, no que tange à aposentadoria dos professores, mantido o mesmo texto do parágrafo 5º, artigo 40 da Constituição Federal a Corte Suprema preferiu limitar a aposentadoria dos professores apenas quando cumprirem o período de trabalho integralmente em sala de aula (Súmula nº 726/STF).

O voto dos ministros do STF na decisão que originou a súmula supracitada ou em outras ações sobre o tema deixam claro que a interpretação deve ser restrita, pois na concessão de benefícios especiais o legislador deve explicitar de forma clara as pessoas atingidas.

Nesse diapasão os legisladores federais reconhecendo a especificidade e o desgaste que sofrem os professores em qualquer das funções do magistério, sejam elas a docência a direção de unidade escolar ou na coordenação e assessoramento pedagógico modificaram a Lei nº 9394/96 (LDB), especificamente o seu parágrafo 2º do artigo 67. O projeto de lei foi aprovado e devidamente sancionado passando a vigorar com todos seus efeitos sob a Lei nº 11301 de 10/05/06, com a seguinte redação:

“Art. 67 ...

2º Para os efeitos do disposto no parágrafo 5º do artigo 40 e no parágrafo 8º do artigo 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.”

Desta forma cumpriu-se de explicitar que o benefício era extensivo a outras funções que não a da docência. Dirimindo as dúvidas suscitadas pelos ministros do STF ao mencionarem uma interpretação restritiva.

A modificação proposta pela Lei nº 11301/06, e em vigor, que disciplina e obriga ao administrador do Regime Geral de Previdência, e os demais administradores dos Regimes de Previdência dos servidores públicos civis dos estados e dos municípios, a cumprirem o direito dos professores nas funções de direção escolar, assessoramento e coordenação pedagógica a gozarem da aposentadoria especial instituída pelo artigo 40, parágrafo 5º da Carta Magna Federal.

Entretanto muitos questionamentos foram levantados em relação ao cumprimento da Lei nº 11301/06. Existe, inclusive uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sob o nº 3772 que já teve seu pedido de medida liminar negado pelo Supremo Tribunal Federal, tendo, portanto, garantindo que seus efeitos sejam plenos.

O ParanaPrevidência está debatendo o assunto com pareceres contrários a auto-aplicação da Lei nº 11301/06 e outros favoráveis a sua imediata aplicação. Os questionamentos se devem pela natureza da lei citada. Argumenta-se se uma lei ordinária poderia instituir o benefício, entre outras ponderações. Para que essas dúvidas sejam sanadas e para que o direito de aposentadoria especial dos professores nas funções de direção de unidade escolar, coordenação e assessoramento pedagógico sejam consagrados, é que eleva-se ao status constitucional o presente tema.

IV - Da alteração do parágrafo 5º do artigo 35 da Constituição do Paraná

Estados da federação e muitos municípios do Paraná já cumprem com a legislação federal. Mas o estado do Paraná por meio de seu gestor previdenciário, o ParanaPrevidência, considerou por não aplicar a legislação retrocitada, conforme demonstrado anteriormente. Para dirimir as dúvidas suscitadas, e, mais, para elevar a um status constitucional o direito a uma aposentadoria especial, os Parlamentares signatários propõe uma reforma constitucional expressando que as funções do magistério intituladas direção de unidade escolar e coordenação e assessoramento pedagógico gozem desse benefício.

A nova redação proposta para o parágrafo 5º do artigo 35 da Constituição Estadual, assim, encerra o debate sobre a aplicação da Lei 11301/06 pelo ParanaPrevidência uma vez que torna o direito consagrado nesse diploma legal parte da Constituição do Estado do Paraná, tornando-se auto-aplicável e de efeitos imediatos. Conforme entendimento do Professor de Direito Constitucional José Afonso da Silva:

“As normas constitucionais de eficácia plena regulam diretamente situações, comportamentos e interesses. Impõem, por si, uma ação ou omissão. Sendo de aplicabilidade imediata, oferecem todos os elementos necessários à realização ou vedação dos interesses e situações nelas previstas. Geram, quase sempre, direitos subjetivos para os indivíduos...” (SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. São Paulo. Malheiros. 4ªed., 200, p. 171).

A emenda constitucional ao ser promulgada também deverá obrigar os municípios que possuem Plano de Previdência Municipal que ainda não aplicam a citada lei federal.

V - Conclusão

Além de todo o aspecto jurídico-normativo demonstrado há que se registrar que do ponto de vista do mérito a matéria merece a atenção e a adesão da unanimidade dos Parlamentares. As funções de magistério, sejam elas as de docentes, de direção de unidades escolares ou de coordenação e assessoramento pedagógico, merecem um tratamento especial, uma vez que as atividades inerentes as funções requerem atenção, paciência e vitalidade ímpar. O estresse e a carga emocional a que são expostos esses profissionais merece atenção especial do estado.

Diante de todo o exposto, e por entender que a reforma constitucional proposta é medida de justiça social, somos, s.m.p., pelo regular trâmite dessa PEC, ao mesmo tempo em que tomo a liberdade de solicitar aos nobres Pares a aprovação dessa emenda constitucional.

É o parecer.

Curitiba, em 19.02.08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

